



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Dora Isabel Alves da Cruz

O Solicitador Secretário da Sociedade Comercial – Funções e Responsabilidade

Coimbra, novembro de 2017



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Dora Isabel Alves da Cruz

O Solicitador Secretário da Sociedade Comercial – Funções e Responsabilidade

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Solicitadoria**, realizada sob a orientação do Professor Doutor Alexandre Libório Dias Pereira.

Coimbra, novembro de 2017

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de Ensino Superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio incondicional.

Ao André, pela motivação e por toda a ajuda.

Ao Sr. Professor Doutor Alexandre Dias Pereira, pela orientação na dissertação que ora se apresenta.

RESUMO

As sociedades comerciais são aquelas cujo objeto consiste na prática de atos de comércio. Adotando o tipo de sociedade em nome coletivo, de sociedade por quotas, de sociedade anónima ou de sociedade em comandita, são compostas por vários órgãos, aos quais compete a realização de funções específicas.

O cargo de secretário da sociedade comercial, criado pelo Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de dezembro, pretendeu regulamentar uma situação que decorria, até então, nas grandes sociedades comerciais. Ocupado por quem detivesse as qualificações profissionais adequadas, ou por solicitador, passou a ser obrigatório nas sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado e facultativo nas demais.

Com um amplo conjunto de funções, reforçadas pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, o secretário veio aumentar a eficácia da vida societária, evitando a realização de atos desnecessários, e, ao mesmo tempo, combatendo a procuradoria ilícita.

Vinculado a um regime de responsabilidade civil e criminal, o solicitador secretário da sociedade comercial, não poderá deixar de descuidar os deveres estatutários e deontológicos, nem tampouco a diligência e cuidado no exercício das suas funções, zelando pelo bom interesse da sociedade e, ao mesmo tempo, divulgando um cargo pouco conhecido da generalidade dos cidadãos e profissionais.

Palavras-chave: Sociedade Comercial, Secretário, Solicitador

ABSTRACT

Commercial companies are those whose object consists in acts of commerce. Adopting the type of society in collective name, private company, public company or limited partnership, they are composed of many organs, which are responsible for carrying specific functions.

The company secretary, created by Decree-Law number 257/96, of December 31, was intended to regulate a situation that occurred in large companies. Occupied by who held the necessary professional qualifications, or by a solicitor, became mandatory in the public companies admitted to trading on a regulated market and optional on the other.

With a broad set of functions, reinforced by Decree-Law number 76-A/2006, of March 29, the company secretary came to increase the effectiveness of corporate life, reducing unnecessary acts, and fighting illegal prosecution.

Connected to a system of civil and criminal liability regime, the solicitor company secretary cannot stop neglecting statutory and ethic duties, or the diligence in the performance of his duties, ensuring the good interest of the company.

Keywords: Company, Secretary, Solicitor

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
1. SOCIEDADES COMERCIAIS	3
1.1. Aspetos Gerais	3
1.2. Constituição das Sociedades Comerciais	5
1.3. Sociedade Anónima	8
1.4. Outros Tipos Societários	14
1.4.1. Sociedade em Nome Coletivo	14
1.4.2. Sociedade por Quotas	17
1.4.3. Sociedade em Comandita	20
2. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE	23
2.1. Solicitador	23
2.2. Designação	25
2.3. Duração e Cessação do Mandato	27
2.4. Requisitos	28
2.5. Natureza	30
3. FUNÇÕES DO SECRETÁRIO DA SOCIEDADE	32
3.1. Competências de Secretariado	32
3.2. Competências Notariais	38
3.3. Competências de Informação	44
3.4. Competências de Registo	45
4. RESPONSABILIDADE	50
4.1. Responsabilidade Civil	50
4.2. Responsabilidade Criminal	54

CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
ANEXO	60

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

CC – Código Civil

Cfr. - Conforme

CCom – Código Comercial

CDOSAE – Código Deontológico da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução

CRC – Código do Registo Comercial

CSC – Código das Sociedades Comerciais

CT – Código do Trabalho

EIRL – Estabelecimento Individual Mercantil de Responsabilidade Limitada

EOSAE – Estatuto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução

IRN – Instituto dos Registos e Notariado

OA – Ordem dos Advogados

OSAE – Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução

RERN – Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado

RNPC – Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas

ROC – Revisor Oficial de Contas

RRCCom – Regulamento do Registo Comercial

INTRODUÇÃO

A presente dissertação, orientada para a obtenção do grau de mestre em Solicitoria (de empresa), tem como objetivo, por um lado, concorrer para uma reflexão sobre as questões jurídicas suscitadas em torno das alterações à legislação comercial e, por outro, servir de base ao confronto de ideias em torno dessas matérias.

Numa época dominada pelos novos desafios económicos, e num ambiente proporcionalmente competitivo e globalizado, mediante a intensificação da pressão concorrencial, tornou-se imprescindível que as empresas delineassem estratégias, com o objetivo de se destacarem.

E foi nesse sentido que o legislador introduziu algumas novidades no funcionamento das empresas nacionais. À semelhança do que já ocorria noutros ordenamentos jurídicos, e por forma a acabar com disposições ultrapassadas, alterou diversos aspetos do direito societário, promovendo, entre outros, a criação da figura do secretário da sociedade comercial.

Obrigatório nas sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, e facultativo nas demais, o cargo de secretário da sociedade, além de poder ser exercido por pessoa com curso superior adequado, também o pode ser por solicitador.

O solicitador, à semelhança de outros profissionais forenses, participa na administração da justiça, exercendo o mandato judicial, nos casos e com as limitações previstas na lei, sendo que, para tal, constitui requisito imperativo a sua inscrição na respetiva associação pública profissional – a Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução.

Ora, o legislador, pretendendo valorar uma realidade de facto já existente nas sociedades de maior dimensão e dotando o cargo de secretário com um conjunto de funções específicas, veio, ao mesmo tempo, instituir uma nova saída profissional para os solicitadores, que, mais tarde, com o alargamento de competências conferido pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, saiu reforçada.

Para a escolha do tema pesou o facto de ser uma realidade pouco conhecida da generalidade dos cidadãos, e dos profissionais em particular. Tendo como ponto de partida a compreensão de alguns conceitos relacionados com o direito das sociedades comerciais, e recorrendo à legislação, doutrina e jurisprudência existentes, ao longo do

presente trabalho, irei debruçar-me sobre a natureza do cargo de secretário, suas funções e responsabilidade.

Numa primeira fase farei a devida referência aos aspetos gerais relacionados com o direito das sociedades comerciais, particularmente aqueles que se relacionam com a sua constituição. E porque é essencial, dada a obrigatoriedade de designação de secretário neste tipo societário, serão abordados os principais aspetos relacionados com as sociedades anónimas.

Nos últimos capítulos, será desenvolvida a temática do solicitador secretário da sociedade comercial, bem como a sua responsabilidade civil e/ou criminal, na eventualidade de não respeitar os deveres legais e estatutários aos quais está vinculado.

Salienta-se ainda o uso das normas estabelecidas pela *American Psychological Association* (APA) para a referência bibliográfica, na dissertação que ora se apresenta.

1. SOCIEDADES COMERCIAIS

1.1. Aspetos Gerais

De acordo com o artigo 980º do Código Civil (CC) o contrato de sociedade é aquele em que duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de uma atividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa atividade.

Designam-se então sociedades comerciais as que tenham por objeto a prática de atos de comércio¹ e adotem o tipo de sociedade em nome coletivo, de sociedade por quotas, de sociedade anónima, de sociedade em comandita simples ou de sociedade em comandita por ações (artigo 1º n.º 2 Código das Sociedades Comerciais (CSC)). Praticando atos de comércio, poder-se-ão designar comerciantes (artigo 13º 2§ Código Comercial (CCom)) e, como tal, estão vinculadas a um conjunto específico de direitos e obrigações (artigos 15º, 18º, 396º e 400º do CCom, conjugados com os artigos 1691º n.º 1 alínea d) e 1695º do CC).

Assim, o princípio da tipicidade, subjacente à noção de sociedade comercial², refere que as partes não poderão celebrar contratos de sociedade diferentes dos previstos na lei, devendo, além disso, adotar os órgãos administrativo-representativos legalmente definidos para esse contrato em particular³.

Esta restrição surge da necessidade de tutelar a segurança jurídica, mormente os interesses de terceiros que contratem com a sociedade, e dos próprios sócios, conferindo-lhes um acréscimo de segurança e de certeza na sua relação jurídica com a sociedade. Também o interesse público é acautelado, pois sendo as sociedades instrumentos importantes na economia, a consagração deste princípio torna a sua intervenção mais estável e certa no tráfico jurídico⁴.

¹ De acordo com o artigo 2º do CCOM, atos de comércio são todos os atos regulados no Código Comercial, contratos e obrigações dos comerciantes que não sejam de natureza exclusivamente civil, se o contrário do próprio ato não resultar.

² Cfr. Artigo 1º CSC.

³ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo n.º 081918, de 05/03/1992, in <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/39398a10cd6ec5ca802568fc003a0397?OpenDocument>, acedido e consultado em 09-10-2017.

⁴ Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, coord., et al. (2010). *Estudos de Direito das Sociedades*. 10ª edição: Almedina. p. 10.

A celebração do contrato de sociedade cria assim uma *entidade subjetiva distinta das partes contratantes, um novo sujeito de direitos e obrigações*⁵ (Pereira, 2015), pelo que, como tal, deverá possuir certos elementos típicos – sujeitos, substrato patrimonial, objeto social, lucro e risco.

Os sócios constituem o elemento pessoal do contrato de sociedade (artigos 980º CC e 7º n.º 2 CSC), sendo, em regra, dois. Contudo, *há exceções: indiferente às razões da lexicografia, o direito vem admitindo (...) não só sociedades supervenientemente unipessoais (sociedades reduzidas a um único sócio, embora hajam sido constituídas por dois ou mais) – fenómeno já antigo -, mas também sociedades originariamente unipessoais (sociedades constituídas por um só sujeito) – fenómeno bem mais recente*⁶ (Abreu, 2007).

O substrato patrimonial representa o património autónomo afeto ao exercício da atividade económica e corresponde às entradas iniciais dos sócios (artigos 9º n.º 1 alíneas g) e h) e 20º alínea a) CSC), pelo que será expectável que se altere ao longo da vida da sociedade⁷.

O objeto social, por sua vez, representa *a atividade económica de não mera fruição que o sócio, ou sócios, se propõem exercer através da sociedade (ou propõem que a sociedade exerça)*⁸ (Abreu, 2007), compreendendo *a atividade de produção ou transformação de bens ou a prestação de serviços com utilização de recursos e excluindo atividades puramente políticas, culturais ou religiosas*⁹ (Pereira, 2015).

Outro elemento, e um dos mais importantes, é o escopo lucrativo, já que será indispensável, *a obtenção, através do exercício da atividade-objeto social, de lucros e a sua repartição pelos sócios*¹⁰ (Abreu, 2007). Contudo, além do lucro, e tendo em conta os riscos inerentes ao mundo dos negócios, também poderão ocorrer prejuízos, ficando os sócios, desta forma, sujeitos a perdas.

⁵ Pereira, Alexandre Dias. (2015). *Direito Comercial das Empresas – Apontamentos Teórico Práticos*. 2ª edição: Juruá Editora. p. 52.

⁶ Abreu, Jorge Manuel Coutinho de. (2007). *Curso de Direito Comercial*. 2ª edição. Volume II: Almedina. p.6.

⁷ *Idem*. p.7

⁸ *Idem*. p.8

⁹ Pereira, Alexandre Dias. (2015). *Direito Comercial das Empresas – Apontamentos Teórico Práticos*. 2ª edição: Juruá Editora. p. 53.

¹⁰ Abreu, Jorge Manuel Coutinho de. (2007). *Curso de Direito Comercial*. 2ª edição. Volume II: Almedina. p. 14.

1.2. Constituição das Sociedades Comerciais

A constituição das sociedades comerciais envolve um conjunto específico de atos e formalidades, estruturando-se tradicionalmente na elaboração do contrato de sociedade, seu registo e publicação.

O contrato de sociedade deverá ser reduzido a escrito – requisito formal –, ou, na eventualidade de os futuros sócios transmitirem bens para a sociedade, assumindo a forma exigida para essa transmissão (artigo 7º CSC). As assinaturas dos seus subscritores deverão ser reconhecidas presencialmente, através de entidades para tal habilitadas (notários, câmaras de comércio e indústria, conservadores, oficiais de registo, advogados e solicitadores¹¹) e sujeitas a registo em sistema informático (artigo 1º Portaria n.º 657-B/2006, de 29 de junho).

Importa referir, a este aspeto, a revogação do artigo 80º n.º 2 alínea e) do Código do Notariado (CN), através do Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de julho. Deste modo, a escritura pública deixou de ser obrigatória na constituição da sociedade, sendo também admitido, a partir dessa data, e se essa for a pretensão dos interessados, o documento particular autenticado (artigo 875º CC).

Respeitado o requisito de forma, é imperativo que constem os elementos referidos no artigo 9º do CSC, designadamente o nome ou firma de todos os sócios fundadores e outros elementos de identificação, o tipo de sociedade a adotar, a firma (respeitando os requisitos previstos nos artigos 10º e 200º CSC, 32º e seg. Regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas (RNPC)), objeto e sede sociais (artigos 11º e 12º CSC), capital social, quota de capital, natureza da entrada de cada sócio, bem como os pagamentos efetuados por conta de cada quota, sendo que em caso de entrada de bens diferentes de dinheiro, deverá constar a descrição e especificação dos respetivos valores. Deve ainda mencionar a atribuição aos sócios de vantagens especiais e pagamento de despesas de constituição (artigo 16º n.º 1 CSC), direitos especiais (artigo 24º CSC), além da introdução de menções facultativas, específicas para cada tipo de sociedade.

Posteriormente procede-se ao registo (artigos 1º, 3º n.º 1 alínea a) e 15º n.º 1 Código do Registo Comercial (CRC)), por forma a dar publicidade à situação jurídica da sociedade recém-constituída. Presencialmente, ou por via eletrónica, deverá o título constitutivo

¹¹ Cfr. Artigo 38º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março.

ser inscrito na Conservatória do Registo Comercial (artigo 45º CRC e artigo 4º Regulamento do Registo Comercial (RRCom)), por quem tenha legitimidade (os próprios, seus representantes e demais pessoas que nele tenham interesse) ou por representação (artigos 28º n.º 1, 29º n.º 2 e 30º CRC), no prazo de dois meses a contar da elaboração do referido título (artigo 15º n.º 2 CRC), sendo devidamente acompanhado por documento que comprove a constituição da sociedade (artigo 32º CRC) e pelo certificado de admissibilidade da firma ou denominação (artigos 53º e 56º n.º 1 alínea b) RNPC).

O conservador aprecia então a viabilidade do pedido de registo (artigo 55º-A CRC), face às normas legais aplicáveis, e não havendo motivo de recusa, será efetuado, por transcrição (*a contrario* do artigo 53º-A n.º 5 CRC), no prazo de dez dias (artigo 54º n.º 1 CRC).

Registada definitivamente, a sociedade comercial adquire personalidade jurídica (artigo 5º CSC), assumindo de forma plena os seus direitos e obrigações. Caberá então à Conservatória do Registo Comercial promover a publicação do ato constituinte (artigos 166º e 167º CSC, conjugados com o artigo 70º n.º 1 alínea a) CRC), em sítio da internet de acesso público, sendo esta, condição da sua eficácia ou oponibilidade a terceiros (artigo 168º n.ºs 1 e 2 CSC)¹².

Por via do programa SIMPLEX foram ainda criados meios alternativos e simplificados de constituição de sociedades, no sentido de eliminar atos e práticas desnecessárias¹³. Volvidos mais de dez anos da sua criação e implementação, importa mencionar, à atualidade, o balanço positivo, pela facilidade e rapidez que vieram imprimir à constituição de novas sociedades comerciais¹⁴.

Além da subscrição particular, e porque assume especial importância para este trabalho, a constituição das sociedades anónimas abertas, pode efetuar-se mediante subscrição pública (artigos 279º e seg. CSC e 109º Código de Valores Mobiliários (CVM)), devido ao facto de estarem interessados em participar na sua constituição, um grande número

¹² As publicações obrigatórias são efetuadas na página de acesso público: <https://publicacoes.mj.pt/>, sendo regulamentadas pela Portaria n.º 590-A/2005, de 14 de julho.

¹³ Empresa na hora, criada pelo Decreto-Lei n.º 111/2005, de 8 de julho e Empresa *on-line*, criada pelo Decreto-Lei n.º 125/2006, de 29 de junho.

¹⁴ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 207.

de associados, sendo conveniente abrir a subscrição do capital ao público, e angariando dessa forma, meios financeiros suficientes¹⁵.

A constituição das sociedades anónimas abertas pode ser dirigida e conduzida por uma ou mais pessoas – promotores – que assumem a responsabilidade estabelecida no CSC (artigo 279º n.º 1 CSC), devendo subscrever e realizar integralmente ações cujo valor nominal global corresponda ao mínimo legal - € 50 000 (artigo 276º n.º 5 CSC) e não podendo estas ser alienadas durante os dois anos subsequentes ao registo definitivo da sociedade (artigo 279º n.º 2 CSC).

Posteriormente deverão elaborar um projeto completo de contrato de sociedade, contendo o reconhecimento das assinaturas de todos os interessados, e requerer o seu registo provisório (artigo 279º n.º 3 CSC). Neste será necessário especificar o número de ações ainda não subscritas, destinadas, respetivamente, a subscrição pública e a subscrição particular (artigo 279º n.º 4 CSC), com base em documento comprovativo da liberação das ações subscritas e, quando necessário, da autorização para subscrição pública ou emissão de ações, e do certificado de admissibilidade da firma ou denominação (artigos 35º n.º 4, 64º n.º 1 alínea c) e 65º n.º 1 CRC).

Feita a oferta pública de subscrição, que deverá conter todos as especificidades elencadas no artigo 279º n.º 6 do CSC, e em caso de subscrição incompleta, a sociedade só poderá constituir-se desde que o público tenha subscrito três quartos das ações para si destinadas (artigo 280º n.º 3 CSC), e essa seja a vontade da assembleia constitutiva (artigo 281º CSC).

É então convocada a assembleia constitutiva (artigo 281º n.º 1 CSC), sendo atribuído um voto a cada promotor/subscritor, independentemente do número de ações subscritas (artigo 281º n.º 4 CSC). Aprovada a constituição da sociedade, o contrato é celebrado por dois promotores e pelos subscritores que entrem com bens diferentes de dinheiro (artigo 283º n.º 1 CSC).

Por fim, a conversão do registo em definitivo, deverá ser efetuada dentro do prazo de vigência do registo provisório, com base no título (contrato) e na ata da assembleia constitutiva, ficando esta arquivada na conservatória onde seja efetuado o registo¹⁶.

¹⁵ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 193.

1.3. Sociedade Anónima

As sociedades anónimas são sociedades de capitais, relevando a participação social do sócio e o seu contributo patrimonial, e não tanto o sujeito, para o exercício da atividade societária. Assim sustentam a liberdade na transmissão de ações (artigo 328º CSC) e o distanciamento do sócio na gestão da sociedade (artigos 390º e 424º CSC)¹⁷.

Reguladas nos artigos 271º a 464º do CSC, e em algumas normas do CVM, referem-se às sociedades cujo capital se encontra dividido em ações, estando a responsabilidade de cada sócio limitada ao valor das ações subscritas (artigo 271º CSC).

Não obstante, há que destacar a reforma operada em 2006, cujo principal objetivo consistiu em promover a competitividade das empresas, por forma a permitir o seu alinhamento com modelos organizativos avançados, e assim garantir maior transparência e eficiência¹⁸.

Com a atualização e flexibilização dos modelos de governação, foi necessário repensar os subtipos admitidos para este tipo societário, passando a ser quatro: a sociedade anónima, qualquer que seja a sua dimensão; a grande sociedade anónima; a sociedade anónima aberta não cotada e a sociedade aberta cotada¹⁹.

No contrato, além das menções do artigo 9º do CSC, também deverão constar obrigatoriamente as cláusulas relativas à forma de representação do capital (ações tituladas ou escriturais), seu regime de transmissão (nominativas ou ao portador) e categoria, emissão de obrigações, amortização de ações e regras relativas à sua transmissibilidade, e ainda à orgânica da sociedade, disciplinando as deliberações dos acionistas, bem como a estrutura de administração e fiscalização adotadas (artigo 272º CSC)²⁰.

Também é possível acrescentar outras disposições, facultativas. A título de exemplo poderá referir-se a possibilidade de participação da sociedade noutras, com objeto social

¹⁶ Geraldês, Isabel Quelhas. (2008). Curso sobre as novas competências das conservatórias e registos on-line: Meios de Constituição das Sociedades Comerciais, in <http://cenor.fd.uc.pt/site/>, acedido e consultado em 10-11-2017.

¹⁷ Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, coord., et al. (2010). *Estudos de Direito das Sociedades*. 10ª edição: Almedina. p. 39.

¹⁸ Cfr. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março.

¹⁹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição. Almedina: pp. 94 e 95.

²⁰ *Idem*. p. 211.

diferente, se não for esse o seu objeto (artigo 11º n.º 4 e 5 CSC), ou ainda a designação do secretário da sociedade, quando facultativa (artigo 446º-D CSC)²¹.

Não poderá ser constituída por menos de cinco sócios, à exceção de sociedades em que o estado, diretamente, ou por intermédio de empresas públicas ou outras entidades equiparadas por lei para esse efeito, fiquem a deter a maioria do capital (artigo 273º n.ºs 1 e 2 CSC).

A firma, formada com ou sem sigla, pelo nome ou firma de um ou alguns dos sócios ou por uma denominação particular, ou ainda pela reunião de ambos, deverá ser concluída, pela expressão “sociedade anónima” ou pela abreviatura “S.A.” (artigo 275º n.ºs 1 e 2 CSC).

As ações representam a *participação societária, correspondente a uma fração do capital, que exprime uma determinada posição social e, consequentemente e inerentemente, os direitos que o seu detentor pontual terá no âmbito da sociedade*²² (Cunha, 2016). São indivisíveis, devendo o seu valor nominal, caso assim estejam designadas no contrato, ser superior a 1 cêntimo (ou, na sua falta, o valor de emissão) (artigo 276º n.ºs 1,3 e 6).

Quanto ao modo de representação externa, as ações podem ser tituladas – documentadas em suporte de papel – ou escriturais – sendo desmaterializadas e correspondendo a meros registos informáticos. Já quanto ao modo de circulação, poderão ser nominativas ou ao portador (artigo 299º CSC), consoante se encontre averbada a respetiva titularidade, ou o seu titular se determine pela posse do respetivo título²³.

A transmissão de ações, regra geral, é livre, pelo facto de esta sociedade estar vocacionada para a disseminação do seu capital social. No entanto, o contrato poderá limitar, mas nunca excluir a transmissão de ações nominativas (artigo 328º n.º 1 CSC), mediante o seu consentimento para essa transmissão, ou subordinando-a a determinados requisitos, que estejam de acordo com o interesse social (artigo 328º n.º 2 alíneas a) e c) CSC).

Tutelando o interesse do sócio que pretenda transmitir as suas ações, a sociedade deverá assim conceder ou recusar o consentimento necessário, no prazo máximo de 60 dias,

²¹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição. Almedina: pp. 145 e 151.

²² *Idem*. p. 422.

²³ *Idem*. p. 413.

sob pena de essa transmissão se tornar livre (artigo 329º n.º 3 alínea a) CSC). Em caso de recusa, recai sobre a sociedade a obrigação de adquirir as ações nas condições de preço e pagamento do negócio para que foi solicitada, ou, em caso de transmissão gratuita, adquiri-las pelo seu valor real (artigo 329º n.º 3 alínea c) CSC).

No que concerne à responsabilidade dos sócios é tida como duplamente limitada. Além de não responderem pelas dívidas da sociedade, só respondem pelas suas próprias entradas e já não pelas obrigações assumidas pelos outros acionistas.

O decreto-lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, operou algumas alterações no que à estrutura e modo de governação destas sociedades concerne. De indicação obrigatória no contrato de sociedade, a escolha da sua estrutura passou a consistir numa de três opções (artigo 278º n.os 1, 3 e 4 CSC):

- a) Conselho de administração e conselho fiscal, sendo obrigatória, nos casos previstos na lei, a existência de um ROC que não seja membro do conselho fiscal;
- b) Conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria, e ROC, e;
- c) Conselho de administração executivo, conselho geral e de supervisão e ROC, sendo obrigatória, nos casos previstos na lei, a existência, no conselho geral e de supervisão, de uma comissão para as matérias financeiras.

Não obstante, nos casos previstos na lei, em vez de conselho de administração ou de conselho de administração executivo, pode haver apenas um administrador e, em vez de conselho fiscal, um fiscal único (artigo 278º n.º 2 CSC).

Assim, a indicação da estrutura de fiscalização e administração da sociedade depende, entre outros aspetos, da sua dimensão, mas também da existência de controlo mais ou menos definido do capital e direitos de voto, ou, pelo contrário, da sua dispersão²⁴.

A primeira das estruturas de administração e fiscalização, também denominada clássica²⁵ ou monísta²⁶, traduz-se na existência de conselho de administração e conselho fiscal, ou em administrador e fiscal único. O conselho de administração é composto pelo

²⁴ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição. Almedina: p. 141.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, coord., et al. (2010). *Estudos de Direito das Sociedades*. 10ª edição: Almedina. p. 25.

número de administradores fixado no contrato, podendo ou não ser acionistas, mas sempre pessoas singulares com capacidade jurídica plena (artigo 390º n.ºs 1 e 3 CSC). Contudo, nos casos em que a sociedade anónima tenha um capital social inferior a € 200 000, a administração poderá ficar a cargo de um só administrador – administrador único (artigo 390º n.º 2 CSC).

Os administradores podem ser designados no contrato de sociedade ou eleitos pela assembleia geral ou constitutiva (artigo 391º n.º 1 CSC), em número plural (incluindo dois), sendo necessário, em caso de número par, atribuir voto de qualidade ao presidente do conselho de administração (artigo 395º n.º 3 alínea a) CSC).

Possuindo um vasto conjunto de competências (artigo 406º CSC), o conselho de administração poderá delegar num ou mais administradores, ou numa comissão executiva (órgão eventual), a gestão corrente da sociedade (artigo 407º n.º 3 CSC), ficando esses administradores com poderes de representação da sociedade (artigo 408º n.º 2 CSC), pelo que esta ficará vinculada aos negócios por si celebrados (artigo 408º n.º 1 CSC).

A fiscalização poderá efetuar-se mediante uma de duas modalidades: conselho fiscal/fiscal único (artigos 278º n.º 1 alínea a) e 413º n.º 1 alínea a) CSC) ou conselho fiscal e ROC, que não poderá ser membro desse órgão (artigo 413º n.º 1 alínea b) CSC). A última será obrigatória para as sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, ou ainda para aquelas que, não sendo totalmente dominadas por outras sociedades que adotem o referido modelo de fiscalização, ultrapassem dois dos seguintes limites: i) total do balanço - € 20 000 000; ii) total das vendas líquidas e outros proveitos - € 40 000 000; iii) número de trabalhadores empregados em média durante o exercício – 250 (artigo 413º n.º 2 alínea a) CSC).

O fiscal único e seu suplente deverão ser revisores oficiais de contas, ou sociedades de revisores oficiais de contas, não podendo ser acionistas (artigo 414º n.º 1 CSC). O conselho fiscal, por sua vez, também deve incluir um ROC, ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, exceto nos casos em que se adote o modelo mais complexo de fiscalização (conselho fiscal e ROC externo ao conselho fiscal) (artigo 414º n.º 2 CSC).

No modelo germânico ou dualista²⁷, a administração pertence a dois órgãos: conselho de administração executivo (ou administrador executivo único) e conselho geral e de supervisão, sendo a fiscalização efetuada por um ROC (artigo 278º n.º 1 alínea c) CSC).

O conselho de administração executivo é composto pelo número de administradores fixado no contrato, em número superior aos que integrem o conselho geral e de supervisão (artigo 434º n.º 1 CSC), podendo a administração recair num único administrador, quando o seu capital social não exceda € 200 000 (artigo 424º n.ºs 1 e 2 CSC). É designado pelo conselho geral e de supervisão, ou pela assembleia geral, se o contrato assim o dispuser, tendo competências de representação e de gestão das atividades sociais (artigo 431º n.ºs 1 e 2 CSC).

Relativamente ao conselho geral e de supervisão, cumpre referir que sobre si recaem amplas competências de fiscalização e supervisão (artigo 441º CSC). *É um órgão intermédio que reúne competências que pertencem classicamente ao conselho fiscal (cfr. artigo 441º alínea d) CSC), e à assembleia geral (cfr. artigo 441º alínea a) CSC), mas que também intervém a nível da gestão, pelo menos a longo prazo, em moldes que na estrutura tradicional cabem em exclusivo ao conselho de administração (cfr. artigos 442º n.º 1 e 432º CSC)*²⁸ (Cunha, 2016).

A fiscalização, neste modelo, fica sob responsabilidade de um ROC, designado pela assembleia geral, sob proposta do conselho geral e de supervisão, a quem incumbe proceder ao exame das contas da sociedade e verificar, se na sua elaboração, foram observados os critérios legais exigidos (artigos 278º n.º 1 alínea b) e 446º CSC).

De salientar ainda a eventualidade da criação de comissões para o exercício de determinadas funções, por parte do conselho geral e de supervisão (artigo 444º CSC). Tratando-se de grandes sociedades anónimas ou cotadas, por exemplo, deverá este conselho possuir uma comissão para as matérias financeiras (artigo 278º n.º 4 CSC)²⁹.

O último modelo, anglo-saxónico³⁰, introduzido aquando da reforma de 2006, é composto por conselho de administração, compreendendo uma comissão de auditoria e um ROC (artigo 278º n.º 1 alínea b) CSC).

²⁷ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 764.

²⁸ *Idem*. p. 765.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 767.

Ao conselho de administração compete gerir as atividades da sociedade, devendo subordinar-se às deliberações dos acionistas ou às intervenções da comissão de auditoria (artigo 405º n.º 1 CSC).

Já a comissão de auditoria, espécie de subórgão que deriva do conselho de administração compõe-se, no mínimo, por três membros administradores, designados diretamente pela assembleia geral (artigos 423º-B n.º 2, 423º-C n.º 1 CSC). As suas funções passam sobretudo pela fiscalização da administração da sociedade e do ROC (artigo 423º-F CSC).

A par da escolha do modelo de administração e fiscalização da sociedade, e tratando-se de uma sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, também deverá ser designado um secretário da sociedade e um suplente (artigo 446º-A CSC). Dotado de funções concretas, o secretário está ainda vinculado a um regime de responsabilidade civil e criminal pelos danos que causar à sociedade na prossecução das suas atribuições.

Tal como noutros tipos societários, também nas sociedades anónimas existe a assembleia geral, a qual se compõe de sócios, ainda que não seja integrada necessariamente por todos (artigos 343º n.º 1, 379º n.º 2 e 384º n.º 2 alínea a) CSC).

Nas sociedades anónimas o círculo de competências da assembleia geral é pouco extenso³¹, não podendo os acionistas deliberar fora dos casos previstos na lei – competência subsidiária – nem sobre matérias de gestão da sociedade, a não ser que o órgão de administração formule um pedido para esse efeito – competência extraordinária (artigo 373º n.º^{os} 1, 2 e 3 CSC). Ainda assim, possui várias competências que justificam a sua existência e autonomia, designadamente para deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, sobre a proposta de aplicação de resultados, entre outros (artigo 376º n.º 1 CSC).

Deve por isso reunir nos três primeiros meses do exercício subsequente àquele que está em apreciação (artigo 376º n.º 1 CSC), ou no prazo de cinco meses a contar do encerramento do exercício, tratando-se de sociedade que apresente contas consolidadas ou aplique o método da equivalência patrimonial (artigo 508º-A n.º 1 CSC).

³¹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 614.

A mesa da assembleia geral é constituída, pelo menos³², por um presidente e um secretário, podendo ser ou não sócios, caso o contrato o determine (artigo 374º n.ºs 1 e 2 CSC). Não especificando o contrato, ou no caso da falta de comparência das pessoas para tal designadas, servirá de presidente, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou do conselho geral e de supervisão, e de secretário, um acionista presente, escolhido por aquele (artigo 374º n.º 3 CSC). Aos membros da mesa da assembleia geral das sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado e das sociedades que cumpram os requisitos previstos no artigo 413º n.º 2 alínea a) do CSC, aplicam-se, com as necessárias adaptações, os requisitos de independência e incompatibilidades, previstos, respetivamente, nos artigos 414º n.º 5 e 414º-A n.º 1 do CSC (artigo 374º-A n.º 1 CSC).

O secretário da sociedade, se existir, deverá integrar a mesa da assembleia geral, exercendo as funções de secretário (da mesa) e sendo auxiliado nessa tarefa pelo secretário da mesa, designado para o efeito (artigo 446º-B n.º 1 alínea a) CSC). De salientar ainda que, integrando a mesa da assembleia geral, também ele está sujeito aos requisitos de independência e demais incompatibilidades (artigos 414º n.º 5 e 414º-A n.º 1 CSC)

1.4. Outros Tipos Societários

Por outro lado, nos restantes tipos societários, dada a sua dimensão e características, a designação de secretário da sociedade já não é obrigatória³³. Assim, e porque se referem maioritariamente a sociedades “familiares”, de reduzida dimensão, e compostas por um número menor de órgãos sociais, o legislador entendeu, numa primeira fase, promover um período de experimentação da figura apenas nas sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, podendo, mais tarde, alargar essa obrigatoriedade a outros tipos societários.

1.4.1. Sociedade em Nome Coletivo

A sociedade em nome coletivo (artigos 175º a 196º do CSC) representa o protótipo da “sociedade de pessoas”. Dotada de um forte cariz personalístico, e ao invés das

³² Além do presidente e secretário, também poderão ser designados um vice-presidente e outro secretário, por período não superior a quatro anos (artigo 374º n.º 2 CSC).

³³ Cfr. Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de dezembro.

designadas “sociedades de capitais”, são os sócios que se destacam, no exercício da atividade social³⁴.

Representa o mais antigo tipo societário, mediante o qual, *dois ou mais sócios, juntando os respetivos esforços e capacidades financeiras, resolvem empreender conjunta e articuladamente uma atividade económica lucrativa, como se fossem uma só pessoa, respondendo, pessoal, solidariamente e sem limite, com os restantes sócios, perante os credores sociais pelas dívidas da sociedade, como se se tratasse de uma atividade individual*³⁵ (Cunha, 2015).

Os sócios, consoante a entrada que efetuarem, poderão representar um de dois tipos – capital ou de indústria. Os primeiros realizam a sua entrada em dinheiro ou em espécie, não podendo o valor da parte que lhes é atribuída no contrato de sociedade, exceder o valor dessa (entrada) (artigos 25º n.º 1, 176º n.º 2 e 183º CSC). Os sócios de indústria participam na atividade societária apenas com o seu trabalho, não sendo esse valor computado no capital social (artigo 178º n.º 1 CSC)³⁶.

No contrato deverão figurar a espécie, caracterização da entrada de cada sócio e respectivo valor, bem como o valor atribuído à indústria com que contribuam e à parte de capital correspondente à entrada com bens (artigo 176º n.1 CSC). De salientar que as entradas representando bens diferentes de dinheiro devem ser objeto de um relatório elaborado por ROC, sem interesses na sociedade e designado por deliberação dos sócios, na qual estão impedidos de votar os sócios que efetuarem essas entradas (artigo 28º n.º 1 CSC).

Um outro requisito obrigatório é a firma (artigos 9º n.º 1 alínea c) e 177º CSC). Não podendo sugerir atividade diferente da que constitui o objeto social, deverá conter, quando não individualizar todos os sócios, pelo menos, o nome ou firma de um deles, com o aditamento, abreviado ou por extenso “e companhia”, ou qualquer outro que indique a existência de outros sócios (artigo 177º n.º 1 CSC).

Cada sócio, além de responder individualmente pela sua entrada, responde pelas obrigações sociais, subsidiariamente, em relação à sociedade e solidariamente com os

³⁴ Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, coord., et al. (2010). *Estudos de Direito das Sociedades*. 10ª edição: Almedina. p.36.

³⁵ Cunha, Paulo Olavo. (2015). *Direito das Sociedades Comerciais*. 5ª edição. Almedina. p.59.

³⁶ *Idem*. p. 86.

outros sócios (artigo 175º n.º 1 CSC), ou a quem inclua o seu nome ou firma na firma social (artigo 177º n.º 2 CSC), não obstante o direito de regresso. Desta forma, os credores sociais só poderão exigir o cumprimento aos sócios, depois de esgotado o património da sociedade: *há, pois, uma afetação prioritária do património social, de modo que os credores pessoais dos sócios também não sejam, sem mais nem menos, defraudados, perante os credores sociais*³⁷ (Cunha, 2016).

Relativamente à transmissão de partes sociais, por ato entre vivos, só poderá ocorrer com o expresse consentimento dos restantes sócios, devendo ser reduzida a escrito (artigos 182º, 191º n.º 1 e 193º n.º 1 do CSC). Sendo recusada a transmissão da participação social, pelos restantes sócios, e cumpridos os requisitos do artigo 185º do CSC, o sócio poderá exonerar-se da sociedade em nome coletivo, recebendo o valor da sua parte, nos termos do artigo 105º n.º 2 do CSC.

Tratando-se de transmissão de parte social *mortis causa*, e se o contrato social não determinar de forma diferente, poderão os sócios sobreviventes optar uma de três vias: i) continuar a sociedade com o sucessor ou sucessores, ii) dissolver a sociedade, após deliberação e comunicação aos sucessores, ou iii) liquidar a parte do sócio falecido, pagando aos seus sucessores o valor da respetiva parte social (artigo 184º CSC).

Caracterizando-se por uma intervenção direta e empenhada dos sócios, o poder supremo pertence à coletividades de sócios, organizada sob a forma de assembleia – assembleia de sócios – sendo estes que tomam decisões através de deliberações, em que todos possam intervir, expressando a vontade social, ou ainda, recorrendo a outras formas legalmente autorizadas de deliberação (artigos 189º n.º 1 e 247º CSC).

A assembleia de sócios, além de outras competências mencionadas na lei ou contrato, efetua a apreciação do relatório de gestão e dos documentos de prestação de contas, a aplicação dos resultados, a resolução sobre a proposição, transação ou desistência de ações da sociedade contra sócios ou gerentes, a nomeação de gerentes de comércio, bem como o consentimento a que se refere o artigo 180º n.º 1 do CSC (artigo 189º n.º 3 CSC). As deliberações são assim tomadas por maioria simples dos votos expressos, cabendo um voto a cada sócio, independentemente do montante da respetiva participação e qualidade (artigos 189º n.º 2 e 190º CSC), ressalvada a votação das

³⁷ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina p. 91.

alterações do contrato, sendo necessária unanimidade dos sócios ou maioria não inferior a três quartos dos votos de todos os sócios (artigo 194º n.º 1 CSC).

O órgão de administração e representação, aquele que gere *as atividades sociais e representa a sociedade perante terceiros, a quem fazem e de quem recebem declarações de vontade* (Abreu, 2007)³⁸, é a gerência, sendo que, em regra, todos os sócios, atuais ou supervenientes, são gerentes, dada a responsabilidade ilimitada de cada um perante os credores sociais (artigo 191º n.º 1 CSC).

Já o órgão de fiscalização, obrigatório em alguns tipos societários, não está tipificado, sendo por isso facultativo. Em todo o caso, esse controlo é exercido diretamente pelos sócios, enquanto tais, ou enquanto gerentes, fiscalizando diretamente a atividade da gerência.

1.4.2. Sociedade por Quotas

A sociedade por quotas veio permitir a organização em pequenas estruturas, de diversas atividades económicas, com a limitação da responsabilidade dos seus sócios ao capital subscrito. No seu percurso, ao longo do último século, este tipo de sociedades tornar-se-iam dominantes no tecido económico-social, sendo amplamente utilizadas como forma jurídica da maioria das pequenas e médias empresas³⁹.

O capital social, cujo montante é livremente fixado no contrato, encontra-se dividido em quotas, ficando cada uma a pertencer a um sócio e representando a sua entrada (artigos 197º n.º 1 e 219º n.º 1 CSC). A quota, por sua vez, poderá ter valor nominal diverso, não podendo contudo ser inferior a 1€ (artigo 219º n.º 3 CSC).

Em regra, por morte de um sócio, a respetiva quota transmite-se para os seus sucessores, podendo essa transmissão, depender, nos termos do artigo 226º do CSC, da vontade destes. Por outro lado, também o contrato poderá impedir essa transmissão, caso em que a sociedade deverá proceder à sua amortização, aquisição própria ou por sócio ou terceiro (artigos 220º, 225º n.ºs 1 e 2, 232º do CSC).

Já a cessão da quota, entre cônjuges, ascendentes, descendentes ou sócios é livre, devendo apenas ser reduzida a escrito (artigo 228º n.ºs 1, 2 e 3 CSC). Fora desse âmbito,

³⁸ Abreu, Jorge Manuel Coutinho de. (2007). *Curso de Direito Comercial*. 2ª edição. Volume II: Almedina. p.57.

³⁹ Cunha, Paulo Olavo. (2015). *Direito das Sociedades Comerciais*. 5ª edição: Almedina pp. 62 e 63.

será necessário o consentimento da sociedade, prestado sob a forma de deliberação por maioria (artigos 230º n.ºs 2, 5 e 6, 246º n.º 1 alínea b) e 250º n.º 3 CSC).

O contrato, reduzido a escrito, deverá mencionar o montante de cada quota de capital, identificando o respetivo titular, o montante das entradas realizadas por cada sócio no momento do ato constitutivo ou a realizar até ao termo do primeiro exercício económico, de valor não inferior ao mínimo da quota fixado por lei, assim como o montante das entradas diferidas, cujos requisitos prevê o artigo 203º do CSC (artigo 199º CSC).

A firma deverá ser formada, com ou sem sigla, pelo nome ou firma de todos ou de alguns dos seus sócios, ou ainda aludir à atividade que a sociedade se propõe prosseguir, devendo incluir no final a palavra “limitada” ou a abreviatura “L^{da}.” (artigo 200º CSC).

Relativamente à responsabilidade dos sócios perante a sociedade, cada um responde não apenas pela própria entrada (dinheiro ou espécie), mas também solidariamente, com os outros sócios, por todas as entradas convencionadas no contrato social (artigo 197º n.º 1 do CSC). De salientar ainda que os sócios poderão ficar obrigados, perante a sociedade, a prestações acessórias e suplementares, nos termos dos artigos 197º n.º 2, 209º e 210º, todos do CSC.

Já no que diz respeito à responsabilidade dos sócios perante os credores sociais, a regra é de que só o património social responde para com os credores pelas dívidas da sociedade (artigo 197º n.º 3 CSC), exceto se no contrato for estipulado que os sócios também respondem, até determinado montante, podendo essa responsabilidade ser solidária com a da sociedade, ou subsidiária em relação a esta, e a efetivar apenas na fase de liquidação (artigo 198º n.º 1 CSC). *Este regime de responsabilidade – que constitui uma inovação do Código das Sociedades Comerciais – pode ser clausulado relativamente a todos ou alguns dos sócios e permite prever que, em relação a determinados atos, os sócios assumam uma responsabilidade para além do capital que subscreveram. Trata-se de uma característica que personaliza este tipo societário*⁴⁰ (Cunha, 2016).

A assembleia geral representa o órgão deliberativo interno, sendo constituída por todos os sócios, e aos quais compete deliberar sobre as matérias que lhes estejam

⁴⁰ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina, p.92.

especialmente atribuídas pela lei (artigo 246º n.º 1 CSC) ou pelo contrato e não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos societários (artigo 373º n.ºs 1 e 2 CSC). A deliberação de sócios representa assim *uma declaração que, sendo juridicamente imputável à sociedade, é formada pela manifestação de vontades do conjunto de titulares de participações sociais, ou seus representantes, detentor do maior número de votos ou de um número de votos que perfaça um certo montante mínimo (maioria qualificada)*⁴¹ (Cunha, 2016), podendo ser tomadas de forma unânime por escrito, em assembleias universais (artigo 54º CSC), em assembleia geral, ou por voto escrito (artigo 247º n.º 1 CSC).

A gerência representa o órgão de administração e representação externa. Assim, a sociedade deve ser administrada e representada por um ou mais gerentes, pessoas singulares, podendo ser sócios ou não, com capacidade jurídica plena, e designados no contrato de sociedade, ou eleitos posteriormente, por deliberação dos sócios, se não estiver prevista no contrato outra forma de designação (artigo 252º n.ºs 1 e 2 CSC).

O órgão de fiscalização e controlo, caso determine o contrato de sociedade, e a título facultativo, poderá ficar a cargo de um conselho fiscal ou de um fiscal único (artigos 262º n.º 1, 278º e 413º n.º 1 CSC).

Contudo, ultrapassando a sociedade por quotas, dois dos três limites previstos no artigo 262º n.º 2 do CSC (total do balanço - € 1 500 000; total das vendas líquidas e outros proveitos - € 3 000 000; número de trabalhadores empregados em média durante o exercício – 50), será obrigatória a existência de um órgão de fiscalização – conselho fiscal ou fiscal único, a menos que seja designado um ROC para proceder à revisão legal das contas (artigo 262º n.ºs 2 e 3 CSC).

Na crescente procura da limitação da sua responsabilidade, o comerciante perseguiu a possibilidade de se organizar empresarialmente, sob forma societária, sem, no entanto, partilhar a sociedade, procurando ainda limitar a responsabilidade da sua atividade a um dado património, por forma a prevenir eventuais prejuízos pelas dívidas contraídas na exploração da sua empresa⁴².

Assim, e reconhecendo essa realidade, o legislador criou um novo tipo de sociedade – a sociedade unipessoal por quotas. Regulada nos artigos 270º-A a 270º-G do CSC,

⁴¹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina, p. 594.

⁴² Cunha, Paulo Olavo. (2015). *Direito das Sociedades Comerciais*. 5ª edição: Almedina. p.64.

caracteriza-se pela unipessoalidade, sendo constituída por um único sócio, pessoa singular ou coletiva, titular da totalidade do capital social (artigo 270º-A n.º 1 CSC).

A sua constituição poderá efetivar-se através do contrato (originária), ou ainda ocorrendo a redução da pluralidade de sócios a um único sócio (artigo 270º-A n.ºs 2 e 3 CSC), ou ainda mediante a transformação do Estabelecimento Mercantil Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL) (em sociedade unipessoal por quotas)⁴³.

Ainda que se lhe apliquem muitas das normas orientadoras das sociedades por quotas, deixam de ser aplicáveis todas as disposições do contrato de sociedade que pressuponham a pluralidade de sócios. Além disso, e devido à unipessoalidade característica destas sociedades, só será admissível que cada pessoa singular seja sócia de uma única sociedade unipessoal por quotas (artigos 270º-A n.º 3, 270º-C n.º 1 e 270º-G CSC), o que constitui uma limitação à liberdade dos agentes económicos que pretendam prosseguir individualmente, mais do que uma atividade comercial⁴⁴.

A firma, à semelhança da sociedade por quotas, deve incluir a palavra “limitada” ou a abreviatura “L.^{da}”, antecedida pela expressão “sociedade unipessoal” ou pela palavra “unipessoal”.

1.4.3. Sociedade em Comandita

A sociedade em comandita, pouco usada atualmente⁴⁵, é considerada um tipo misto ou híbrido, dada a reunião, na mesma sociedade, de sócios com diferentes tipos de responsabilidade⁴⁶. Na sua base está o contrato de comenda – *pelo qual uma ou mais pessoas, que dispunham de meios financeiros, se associavam à atividade económica exercida por outra, que encabeçava o negócio, dando a cara*⁴⁷ (Cunha, 2016).

Nesta sociedade coexistem dois tipos de sócios, distintamente indicados no contrato de sociedade (artigo 466º n.º 1 CSC), com diferentes tipos de responsabilidade:

⁴³ Numa tentativa de acabar com o EIRL, à data considerado ultrapassado e pouco eficaz, e fomentando a transição para um tipo societário mais atual, permitiu-se que o seu registo de transformação em sociedade unipessoal por quotas fosse gratuito (preâmbulo do Decreto-Lei n.º 8/2007, de 17 de janeiro).

⁴⁴ Cunha, Paulo Olavo. (2015). *Direito das Sociedades Comerciais*. 5ª edição: Almedina. p. 66.

⁴⁵ De acordo com o portal estatístico do IRN, à data de 20/03/2012, existiam apenas cinco sociedades em comandita em Portugal, in <http://www.estatisticasempresariais.mj.pt/Paginas/filtros.asp?x?estatistica=18>, acedido e consultado em 22/09/2017.

⁴⁶ Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, coord., et al. (2010). *Estudos de Direito das Sociedades*. 10ª edição: Almedina p.15.

⁴⁷ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina, p. 60.

comanditários e comanditados. Os sócios comanditários respondem apenas pela sua entrada, que não pode consistir em indústria (artigo 468º CSC), os outros, comanditados, respondem pelas dívidas da sociedade nos mesmos termos que os sócios da sociedade em nome coletivo – além de responderem individualmente pela sua entrada, respondem pelas obrigações sociais, subsidiariamente em relação à sociedade, e solidariamente com os outros sócios (artigos 175º n.º 1 e 465º n.º 1 CSC).

Só os sócios comanditados poderão ser gerentes, exceto se o contrato permitir a atribuição da gerência aos sócios comanditários, ou ainda, a delegação desses poderes nesse tipo de sócios, ou em pessoa estranha à sociedade, devendo, nesse caso, ser mencionada essa particularidade em todos os atos em que intervenha o gerente (artigo 470º n.ºs 1, 2 e 3 CSC).

As deliberações de sócios poderão ser tomadas unanimemente, nos termos do artigo 54º do CSC, ou em assembleia geral, devendo o contrato estabelecer, em função do capital, a atribuição de votos aos sócios (artigo 472º n.ºs 1 e 2 CSC).

Importa ainda referir que as sociedades em comandita podem assumir uma de duas formas – simples ou por ações, a qual deverá constar no respetivo contrato (artigo 466º n.º 2 CSC).

Na sociedade em comandita simples, as participações sociais são não tituladas, denominando-se partes sociais, (artigo 465º n.º 3 CSC), pelo que a firma, além do nome ou firma de pelo menos um dos sócios comanditados, deverá conter o aditamento “em comandita” ou “& comandita” (artigo 467º n.º 1 CSC). Os nomes dos sócios comanditários, por sua vez, não deverão constar na firma da sociedade sem o seu consentimento expresso, sendo que, havendo tal consentimento, também ficarão sujeitos, perante terceiros, à responsabilidade imposta aos sócios comanditados, em relação aos atos outorgados com aquela firma, salvo se demonstrarem que tais terceiros sabiam que ele não era sócio comanditado (artigo 467º n.ºs 2 e 3 CSC).

Relativamente à transmissão de partes de sócios comanditados, entre vivos, só é eficaz se consentida por deliberação de sócios, salvo disposição contratual diferente. À transmissão *mortis causa*, é aplicável o disposto a respeito da transmissão de partes de sócios de sociedades em nome coletivo (artigo 469º n.ºs 1 e 2 CSC).

Tratando-se de sócios comanditários, a transmissão entre vivos ou por morte, dá-se nos mesmos termos preceituados para a transmissão de quotas da sociedade por quotas (artigo 475º CSC).

As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão ou transformação, devem ser tomadas unicamente pelos sócios comanditados e por sócios comanditários que representem, pelo menos, dois terços do capital possuído por estes, salvo disposição diferente no contrato de sociedade (artigo 476º CSC).

Na sociedade em comandita por ações, só as participações dos sócios comanditários são representadas por ações, tituladas e regidas pelo regime previsto para as SA (artigo 465º n.º 3 CSC). As participações dos sócios comanditados, por outro lado, são representadas por partes sociais.

A firma, além do nome ou firma de pelo menos um dos sócios comanditados, e diferente do que sucede para as sociedades em comandita simples, deverá conter o aditamento “em comandita por ações” ou “& comandita por ações” (artigo 467º n.º 1 CSC).

2. SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

2.1. Solicitador

O estudo que se apresenta é orientado para a obtenção do grau de mestre em solicitadoria de empresa. Assim, e uma vez prevista a possibilidade de ser designado solicitador, para ocupar o cargo de secretário da sociedade comercial, importa clarificar alguns aspetos da profissão.

Os solicitadores, à semelhança de outros profissionais forenses, participam na administração da justiça. *Exercendo o mandato judicial e/ou o mandato não judicial (como consultor, assessor ou representante das pessoas singulares ou coletivas), junto dos tribunais ou de outros serviços da administração pública, os solicitadores emergiram gradualmente como grupo no domínio das profissões liberais, conquistaram posições e organizaram-se em termos associativos* (Alves, 2011)⁴⁸.

Além dos advogados, apenas os solicitadores com inscrição em vigor na respetiva ordem e profissionais equiparados a solicitadores em regime de livre prestação de serviços, podem, em todo o território nacional e perante qualquer jurisdição, instância, autoridade, entidade pública ou privada, praticar atos próprios da profissão⁴⁹ (artigo 136º EOSAE), designadamente exercer o mandato judicial, nos termos da lei, em regime de profissão liberal remunerada.

A inscrição na associação pública profissional⁵⁰ é requisito imperativo, estando em causa, na sua falta, a prática de crime de procuradoria ilícita⁵¹. Depende da titularidade

⁴⁸ Alves, Jorge. (2011). *Os Solicitadores: Memória e Identidade. A Construção Sócio-Histórica de Uma Profissão*. Lisboa: Câmara dos Solicitadores. p. 11.

⁴⁹ Define a Lei nº 49/2004, de 24 de agosto (Lei dos Atos Próprios de Advogados e Solicitadores), designadamente nos nºs 5, 6 e 7 do artigo 1º, que os atos próprios dos advogados e solicitadores são o exercício do mandato forense e a consulta jurídica, bem como a elaboração de contratos, e a prática dos atos preparatórios tendentes à constituição, alteração ou extinção de negócios jurídicos, designadamente os praticados junto de conservatórias e cartórios notariais, a negociação tendente à cobrança de créditos, bem como o exercício do mandato no âmbito de reclamação ou impugnação de atos administrativos ou tributários. Tais atos deverão ser exercidos no interesse de terceiros e no âmbito de atividade profissional, sem prejuízo das competências próprias atribuídas às demais profissões ou atividades, cujo acesso ou exercício é regulado por lei.

⁵⁰ De acordo com o artigo 2º da Lei 2/2013, de 10 de janeiro, consideram-se associações públicas profissionais, as entidades públicas de estrutura associativa representativas de profissões que devam ser sujeitas, cumulativamente, ao controlo do respetivo acesso e exercício, à elaboração de normas técnicas e de princípios e regras deontológicos específicos e a um regime disciplinar autónomo, por imperativo de tutela do interesse público prosseguido.

de grau académico de licenciado em solicitadoria ou direito, e da aprovação em exame final, após frequência do estágio profissional de acesso à referida profissão (artigo 91º EOSAE).

Agindo com independência e autonomia técnica, de forma isenta e responsável, os solicitadores encontram-se vinculados a critérios de legalidade e às regras deontológicas próprias da profissão, previstas no Código Deontológico da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução⁵², abstendo-se de as negligenciar, no intuito de agradar a clientes e colegas, ao tribunal, a exequentes e executados, aos seus mandatários ou a terceiros (artigos 119º EOSAE e 3º CDOSAE).

Realizando tarefas de interesse público, o solicitador deverá ostentar um comportamento profissional íntegro, adequado à dignidade e responsabilidade associadas às funções que exerce, cumprindo pontual e escrupulosamente os deveres consagrados no seu estatuto profissional, bem como todos aqueles que as demais disposições legais e regulamentares, usos, costumes e tradições profissionais lhe imponham (artigos 121º EOSAE e 2º CDOSAE).

É também obrigado a manter reserva sobre quaisquer matérias que lhe estejam confiadas, designadamente documentos, factos ou quaisquer outras questões das quais tenha conhecimento, no âmbito de negociações entre as partes envolvidas, mantendo-se ainda que o serviço solicitado ou cometido envolva representação judicial ou extrajudicial, seja ou não remunerado ou não tenha chegado a ser aceite (artigos 127º e 141º EOSAE), estando limitado nos casos em que lhe sejam atribuídas competências legais de reconhecimento de assinaturas, autenticação de documentos e certificação de fotocópias. *Este preceito consagra uma proteção preventiva, avançada, lateral e complementar do segredo profissional, já que, num nível diferenciado, veio agora aludir-se ao conceito de “reserva” e não a essoutro da “confidencialidade” ou do “segredo ou sigilo profissional”, (...) existindo uma gradação no fechamento dos fluxos*

⁵¹ Dispõe o artigo 7º da Lei dos Atos Próprios de Advogados e Solicitadores que incorre em procuradoria ilícita quem praticar atos próprios dos advogados e solicitadores, ou ainda quem auxiliar ou colaborar na prática de atos próprios de advogados e solicitadores, em violação do disposto no artigo 1º do mesmo normativo.

⁵² De acordo com o artigo 15º nºs 1 e 2 da Lei nº 62/2013, de 26 de Agosto, na sua redação atual.

*informativos fechados ou semi-fechados que se travam entre os clientes e estes profissionais forenses*⁵³ (Rodrigues, 2014)

Desta forma, não é permitida a apreensão de documentos abrangidos por essa obrigação de reserva, exceto se constituírem objeto ou elemento criminal. A busca e a apreensão dos elementos de arquivo são presididas por um juiz e por um membro da OSAE, sob pena de nulidade (artigo 120º n.ºs 1, 2 e 3 EOSAE).

2.2. Designação

A criação do cargo de secretário de sociedade (artigos 446º-A a 446º-F CSC) pretendeu valorar uma realidade de facto já existente nas sociedades de maior dimensão e aumentar a eficácia da vida societária, ao evitar a contínua sobrecarga dos cartórios notariais e das conservatórias do registo comercial com a emissão reiterada e sistemática de certidões de mera repetição de elementos que entretanto não sofreram qualquer alteração⁵⁴.

As sociedades emitentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, também designadas sociedades abertas (artigo 13º n.º 1 alínea c) CVM)⁵⁵ devem assim designar um secretário da sociedade e um suplente, a quem competirá, em caso de falta ou impedimento do secretário, exercer as suas funções (artigos 446º-A n.ºs 1 e 4 CSC). É assim obrigatório nestas sociedades, tendo vindo a adquirir, após a sua implementação, (...) uma importância crescente e o respetivo titular é um motor indispensável ao normal funcionamento dos demais órgãos sociais, que assiste regularmente⁵⁶ (Cunha, 2016).

A designação poderá ser feita de duas formas:

- a) Pelos sócios, aquando da constituição da sociedade comercial, ou,
- b) Pelo conselho de administração ou conselho de administração executivo, por deliberação registada em ata.

⁵³ Rodrigues, Benjamin. (2014). *Apontamentos de Deontologia e História da Solicitoria*. p. 245.

⁵⁴ Cfr. Preâmbulo do Decreto-Lei nº 257/96, de 31 de Dezembro, alterado pela Retificação nº 5-A/97, de 28 de fevereiro.

⁵⁵ De acordo com o artigo 13º do CVM, as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, são também designadas sociedades abertas, onde se incluem, entre outras, as sociedades emitentes de ações ou de outros valores mobiliários que confirmam direito à sua subscrição ou aquisição, que estejam ou tenham estado admitidas à negociação em mercado regulamentado situado ou a funcionar em Portugal.

⁵⁶ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina p. 538.

Sendo efetuada a designação do secretário no ato de constituição da sociedade, será da competência de todos os sócios, pelo que deverá constar do contrato social (artigo 7º CSC).

Sendo essa designação efetuada posteriormente, a responsabilidade já recai sobre o órgão executivo (conselho de administração ou conselho de administração executivo), pelo que essa competência já será dos administradores e não dos sócios.

O conselho de administração (ou o conselho de administração executivo) não poderá assim deliberar essa designação, sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros (artigos 410º n.º 4 e 433º n.º 1 CSC), sendo as deliberações tomadas por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados e dos que, caso o contrato de sociedade o permita, votem por correspondência (artigos 410º n.º 7 e 433º n.º 1 CSC).

A designação do secretário da sociedade depende ainda de registo obrigatório, efetuado por transcrição (artigos 446º-E CSC, 3º n.º 1 alínea m) e 15º n.º 1 alínea a) CRC), no prazo de dois meses, a contar da data em que essa designação tiver sido titulada (artigo 15º n.º 2 CRC).

Desta forma, para efeitos de tributação emolumentar, sendo designado posteriormente à constituição da sociedade, o secretário é equiparado a órgão social (artigo 17º do RRECom), sendo devido pelo referido registo, o valor de € 175 (artigo 22º ponto 2.7 Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (RERN)). Por outro lado, se a sua designação for efetuada inicialmente, aquando da elaboração do contrato social, o emolumento devido estará incluído naquele que é devido pela constituição da referida pessoa coletiva - € 360 (artigo 22º n.º 1 RERN)⁵⁷.

Nas sociedades anónimas não cotadas e por quotas, a nomeação do secretário e seu suplente assumem carácter facultativo, podendo suceder, à semelhança das sociedades abertas, no ato de constituição da sociedade, ou posteriormente, por deliberação do órgão de administração ou assembleia geral, consoante o tipo de sociedade (artigos 446º-D n.º 1 CSC e 446º-D n.º 2 CSC).

⁵⁷ De acordo com o artigo 22º n.º 1 do RERN, os emolumentos previstos nos números seguintes são devidos pelo pedido de registo e têm um valor único, incluindo os montantes relativos aos atos subsequentes de inscrição no ficheiro central de pessoas coletivas e de publicação obrigatória, bem como os montantes a pagar a título de emolumentos pessoais, quando estes sejam devidos.

Aqui importa ainda salientar a questão da obrigatoriedade de designar secretário suplente, estando em causa uma sociedade não cotada. Um parecer do Conselho Técnico do Instituto de Registos e Notariado, e com o qual concordo, entende ser obrigatória essa designação, por forma a não ficarem frustradas todas as exigências legais: *já não seria um licenciado ou um solicitador que iria exercer (ainda que em substituição) o cargo. As certificações poderiam vir a fazer-se por quem, afinal, nem tinha um mínimo de preparação técnico-prática para avaliar do que se tratava...enfim, o legislador estava a conferir competências a quem, à partida, não possuía as necessárias qualificações* (n.º 3 do artigo 446º-A)⁵⁸.

2.3. Duração e Cessação do Mandato

A lei refere que a duração do mandato do secretário da sociedade deverá coincidir com a dos órgãos sociais que o designaram (artigo 446º-C CSC). Ou seja, sendo nomeado pelo conselho de administração, ou pelo conselho de administração executivo, o seu mandato terá a mesma duração relativamente aos administradores que o compõem - um período não excedente a quatro anos civis, contando-se como completo o ano civil em que os administradores forem designados, sendo permitida a reeleição (artigos 391º n.º 3 e 425º n.º 2 CSC). Contudo, admite-se que *em caso de demissão ou destituição coletiva dos administradores, o secretário se possa manter em funções até ao termo do respetivo mandato, se não for expressamente afastado*⁵⁹ (Cunha, 2016).

Além de poder ser designado pelos conselhos de administração e administração executivo, o secretário da sociedade pode ser designado pelos sócios, aquando da constituição da sociedade. Ora, sendo designado dessa forma, a lei já é omissa quanto ao prazo de duração do seu mandato.

A cessação de funções do secretário, poderá ocorrer por uma de três formas: i) por mero decurso do tempo, terminado o mandato para o qual havia sido designado, ii) por renúncia, ou iii) por destituição.

⁵⁸ Cfr. Parecer do Conselho Técnico da Direção Geral dos Registos e Notariado, proferido no processo n.º R.CO. 2/98-DSJ-CT, de 27-05-1998, in http://www.irn.mj.pt/sections/irn/legislacao/publicacao-de-brn/docs-brn/pdf/1999-parte-2/downloadFile/attachedFile_3_f0/par_4_1999.pdf?nocache=1216390001.06, acedido e consultado em 3-11-2017.

⁵⁹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina p. 529.

Ocorrendo renúncia ou destituição, a cessação de funções deverá ser registada, sendo necessário especificar no extrato do averbamento à inscrição, a data e a respetiva causa (artigo 12º alínea b) RRCom).

Em caso de renúncia, o registo deverá ser acompanhado por um documento comprovativo do pedido de renúncia, dirigido à sociedade ou ao presidente do conselho de administração, bem como a prova de o mesmo ter sido recebido. Ocorrendo a destituição do secretário da sociedade, o registo deverá ser instruído com a ata da assembleia geral ou do conselho geral (nos casos em que a deliberação de destituição caiba a um destes órgãos) ou certidão de decisão judicial⁶⁰.

2.4. Requisitos

As funções de secretário são exercidas por pessoa com curso superior adequado ao desempenho das funções ou solicitador (requisito qualitativo)⁶¹, não podendo exercê-las em mais de sete sociedades, exceto tratando-se de sociedades coligadas (requisito quantitativo). *A lei estabelece requisitos e limitações de natureza quantitativa e qualitativa para o exercício do cargo de secretário, às quais estarão sobretudo subjacentes preocupações com a eficácia e o bom desempenho do cargo*⁶² (Domingues, 2015).

A legislação comercial inglesa (*Companies Act 2006*⁶³) também reconhece a figura do secretário da sociedade comercial, o qual, à semelhança do ordenamento jurídico português, é obrigatório nas *public companies* (sociedades anónimas) e facultativo nas *private companies*. Não obstante, no *Companies Act 2006*, as qualificações necessárias a deter para ocupar o cargo de secretário são mais precisas, definindo-se com maior clareza quem poderá ocupar a referida posição⁶⁴.

⁶⁰ Instituto dos Registos e Notariado. *Sociedades Comerciais*. in http://www.irm.mj.pt/sections/irm/a_registral/registo-comercial/docs-comercial/sociedades-comerciais/#p4. acedido e consultado em 03-10-2017.

⁶¹ A distinção deve-se ao facto de a licenciatura em solicitadoria ser recente. À data os solicitadores não possuíam essa habilitação, não sendo a licenciatura ministrada em nenhuma instituição de ensino superior.

⁶² Domingues, Paulo de Tarso; (2015). O(s) Secretário(s) das Sociedades Comerciais, *RED Revista Eletrónica de Direito*. N.º 1. Janeiro de 2015. 1-17. in <http://www.cije.up.pt/content/os-secret%C3%A1rios-das-sociedades-comerciais>. p.9.

⁶³ *Companies Act 2006*, in <https://www.legislation.gov.uk/ukpga/2006/46/contents>.

⁶⁴ 273 *Qualifications of secretaries of public companies*

Apesar de a lei não o proibir, entende Paulo Olavo Cunha, não ser admissível o exercício do cargo por uma pessoa coletiva. *Está em causa designar alguém para o exercício de tarefas auxiliares concretas, em geral com ligação interna à sociedade, (...) não se afigurando admissível que, cessando o secretário funções antes do termo do seu mandato, pudesse ser um estranho à administração (a pessoa coletiva nomeada para o cargo) a decidir sobre a respetiva substituição, tendo em conta a competência que caracteriza o cargo e a confiança necessária para o seu desempenho*⁶⁵ (Cunha, 2016).

O cargo de secretário poderá assim configurar-se num contrato de prestação de serviços⁶⁶ (artigo 102º n.º 2 alínea e) EOSAE), com duração dependente do mandato dos órgãos sociais que o designarem, ou ainda num contrato de trabalho, em regime de comissão de serviço, estando em causa o exercício de cargos de administração ou equivalentes, direção ou chefia diretamente dependente da administração ou de diretor-geral ou equivalente, funções de secretariado pessoal de titular de qualquer desses cargos, ou ainda, desde que instrumento de regulamentação coletiva de trabalho o preveja, funções cuja natureza suponha especial relação de confiança em relação a titular daqueles cargos e funções de chefia (artigos 1152º CC e 161º a 164º CT)⁶⁷.

Contudo, a celebração de contrato de trabalho com o solicitador, não poderá afetar os seus deveres deontológicos, nem a sua isenção e autonomia técnica perante o empregador (artigo 140º EOSAE). A este respeito, e a título de exemplo, veja-se o

-
- (1) *It is the duty of the directors of a public company to take all reasonable steps to secure that the secretary (or each joint secretary) of the company –*
 - (a) *Is a person who appears to them to have the requisite knowledge and experience to discharge the functions of secretary of the company, and*
 - (b) *Has one or more of the following qualifications.*
 - (2) *The qualifications are –*
 - (a) *That he has held the office of secretary of a public company for at least three of the five years immediately preceding his appointment as secretary;*
 - (b) *That he is a member of any of the bodies specified in subsection (3);*
 - (c) *That he is barrister, advocate or solicitor called or admitted in any part of the United Kingdom;*
 - (d) *That he is a person who, by virtue of his holding or having held any other position or his being member of any other body, appears to the directors to be capable of discharging the functions of secretary of the company.*

⁶⁵ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 528.

⁶⁶ Previsto no artigo 1154º do CC, o contrato de prestação de serviços é aquele em que uma das partes se obriga a proporcionar à outra certo resultado do seu trabalho intelectual ou manual, com ou sem retribuição.

⁶⁷ Domingues, Paulo de Tarso; (2015). O(s) Secretário(s) das Sociedades Comerciais. *RED Revista Eletrónica de Direito*. N.º 1. Janeiro de 2015. 1-17. in <http://www.cije.up.pt/content/os-secret%C3%A1rios-das-sociedades-comerciais>. p. 7.

parecer do Conselho Geral da Ordem dos Advogados n.º E-21/04⁶⁸, no qual se discute a eventual existência de uma situação de incompatibilidade ou impedimento entre a função de secretário e a de advogado da mesma sociedade, e onde se conclui que a designação como secretário da sociedade anónima não diminui a independência do advogado, nem a dignidade da respetiva profissão, pelo que o exercício desse cargo não constitui incompatibilidade para a prática da advocacia, exceto nos casos de patrocínio judicial ou extrajudicial da mesma sociedade, em atos em que tenha intervindo como secretário.

2.5. Natureza

Cumpra apurar ainda qual a natureza do cargo de secretário, na estrutura orgânica da sociedade, não havendo atualmente uma posição unânime na doutrina.

Paulo Olavo Cunha considera-o um órgão social, sendo legalmente obrigatório nas sociedades anónimas cotadas (sociedades abertas), e facultativo, nas sociedades anónimas não cotadas e por quotas⁶⁹. No mesmo sentido, um parecer emitido pelo Conselho Técnico do Instituto de Registos e Notariado, de 1999, referindo que *ele (o secretário) não é um mero escriturário às ordens da administração social ou que deva transcrever tudo o que esta determina, é antes um órgão da sociedade (...), com funções e responsabilidade próprias, a quem é exigido possuir uma certa qualificação profissional e cujo exercício funcional (seu início e termo) está sujeito à publicidade com a eficácia própria do registo comercial*⁷⁰.

Opinião diferente, e no meu entender correta, tem Paulo de Tarso Domingues. Para este autor, o secretário não é um órgão social, já que não participa no processo de formação das decisões e deliberações da sociedade, nem tem competência para exteriorizar a

⁶⁸ Cfr. Parecer da Ordem dos Advogados, proferido no processo n.º E-21/04, de 29-11-2006, in http://www.oa.pt/Conteudos/Pareceres/detalhe_parecer.aspx?idc=1&idsc=158&ida=51168, acedido e consultado em 3-11-2017.

⁶⁹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina, pp. 527 e 530.

⁷⁰ Cfr. Parecer do Conselho Técnico da Direção Geral dos Registos e Notariado, proferido no processo n.º R.CO. 2/98-DSJ-CT, de 27-05-1998, in http://www.irn.mj.pt/sections/irn/legislacao/publicacao-de-brn/docs-brn/pdf/1999-parte-2/downloadFile/attachedFile_3_f0/par_4_1999.pdf?nocache=1216390001.06, acedido e consultado em 3-11-2017.

vontade social. Contudo, também não deverá ser considerado um simples funcionário, já que tem competências próprias, exercidas com autonomia técnica⁷¹.

Num artigo relacionado com o tema, também Isidora Varanda se refere ao secretário como um funcionário interno, altamente qualificado, não lhe atribuindo a denominação de órgão social⁷².

Semelhante orientação é seguida pelo Instituto dos Registos e Notariado, e contrariamente ao referido num outro parecer, mais antigo, o Conselho Técnico da Direção Geral dos Registos e Notariado, no âmbito do processo n.º R. Co. 9/2004 DSJ-CT, refere que o secretário não representa organicamente, nem voluntariamente a sociedade, não exprimindo a sua vontade e atuando em nome ou em vez de outrem, daí não ser considerado um órgão social⁷³.

⁷¹ Domingues, Paulo de Tarso; (2015). O(s) Secretário(s) das Sociedades Comerciais, *RED Revista Eletrónica de Direito*, N.º 1. Janeiro de 2015. 1-17. in <http://www.cije.up.pt/content/os-secret%C3%A1rios-das-sociedades-comerciais>. p. 7.

⁷² Varanda, Isidora. Câmara dos Solicitadores (2013) *O Solicitador Secretário de Sociedade*. Lisboa, p. 12, in http://solicitador.net/uploads/cms_page_media/809/SolSecSociedade.pdf, acedido e consultado em 4-10-2017

⁷³ Cfr. Parecer do Conselho Técnico da Direção Geral dos Registos e Notariado, proferido no processo n.º R.CO.9/2004 DSJ-CT, de 31-01-2005, in <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXzaXRpb2Rvc3JlZ2lzdG9zfGd4OjQyY2QzMmRkYzg5ODMzYjU>, acedido e consultado em 4-10-2017.

3. FUNÇÕES DO SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Além de outras funções eventualmente previstas no contrato social, ao secretário da sociedade são atribuídas competências de **secretariado, notariais, de informação e de registo**⁷⁴, as quais incluem: secretariar reuniões dos órgãos sociais e lavrar atas, assinando-as conjuntamente com os membros dos órgãos sociais respetivos e o presidente da mesa da assembleia geral, quando desta se trate; conservar, guardar e manter em ordem os livros e folhas de atas, listas de presenças, livro de registo de ações, bem como o expediente a eles relativo e proceder à expedição das convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais.

Deverá ainda certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da sociedade, bem como cópias ou transcrições extraídas dos livros da sociedade ou dos documentos arquivados, garantindo a sua veracidade, plenitude e atualidade. No âmbito da sua competência, deverá satisfazer as solicitações formuladas pelos acionistas no exercício do direito à informação, prestando a informação solicitada pelos membros dos órgãos sociais que exerçam funções de fiscalização sobre deliberações do conselho de administração ou da comissão executiva.

Cabe também ao secretário da sociedade certificar o conteúdo, total ou parcial, do contrato de sociedade em vigor, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da sociedade e quais os poderes de que são titulares; certificar as cópias atualizadas dos estatutos, deliberações dos sócios e da administração dos lançamentos em vigor constantes dos livros sociais, assegurando que elas sejam entregues ou enviadas aos titulares de ações que as tenham requerido e que tenham pago o respetivo custo, bem como autenticar, com a sua rubrica, toda a documentação submetida à assembleia geral e referida nas respetivas atas, e promover o registo dos atos sociais a ele sujeitos.

3.1. Competências de Secretariado

Do vasto conjunto de funções exercidas pelo secretário da sociedade, incluem-se as funções de secretariado propriamente ditas, *sendo que a de secretariar as reuniões das*

⁷⁴ Domingues, Paulo de Tarso; (2015). O(s) Secretário(s) das Sociedades Comerciais, *RED Revista Eletrónica de Direito*. N.º 1. Janeiro de 2015. 1-17. in <http://www.cije.up.pt/content/os-secret%C3%A1rios-das-sociedades-comerciais>. p.10.

*assembleias gerais, é apenas uma delas e, permita-se, a menor delas*⁷⁵. Elencadas nas alíneas a), b), d) (...) do n.º 1 do artigo 446º-B traduzem-se em: i) secretariar as reuniões dos diferentes órgãos societários (alínea a)); ii) lavrar as atas dos órgãos sociais e assiná-las (alínea b)); iii) tratar da convocação para as reuniões de todos os órgãos sociais (alínea d))⁷⁶ (Domingues, 2015).

➤ Secretariar as reuniões dos órgãos sociais (artigo 446º-B n.º 1 alínea a) CSC);

A assembleia geral é o órgão que congrega a participação dos sócios, no qual se reúnem para formar as decisões societárias mais relevantes. (...) *Poder-se-á considerar que ocupa especial relevo o subórgão que se encarrega da sua coordenação, desde a convocação, passando pela organização, preparação e direção dos trabalhos, e terminando na documentação*⁷⁷ (Cunha, 2016). Assim, deve ser convocada sempre que a lei o determine ou o conselho de administração (executivo), a comissão de auditoria, o conselho fiscal ou o conselho geral e de supervisão entendam conveniente (artigo 375º n.º 1 CSC), ou ainda quando o requererem um ou mais acionistas que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 5% ou 2% do capital social (artigos 375º n.º 2 CSC e 23º-A n.º 1 CVM).

É dirigida pela mesa da assembleia geral, (...) *subórgão societário legalmente obrigatório em todas as sociedades anónimas*⁷⁸ (Cunha, 2016), a qual, possuindo uma certa autonomia, é composta por presidente e secretário (artigos 374º n.º 1 e 446º-B n.º 1 alínea a) CSC).

Segundo Paulo Olavo Cunha, não se afigura correto que o secretário da sociedade, designado pela administração, substitua o secretário da mesa, eleito pelos acionistas. Este tem apenas função coadjuvante, não sendo membro da mesa da assembleia geral, até porque, não possui a necessária independência, como muitas vezes é exigido (artigo

⁷⁵ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, proferido no processo 252/09.0TBFAR.E1, de 17-01-2013, *in* <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/3d10a3b3ffb9214d80257de10056fb22?OpenDocument>, acedido e consultado em 07-07-2017.

⁷⁶ Domingues, Paulo de Tarso; (2015). O(s) Secretário(s) das Sociedades Comerciais, *RED Revista Eletrónica de Direito*. N.º 1. Janeiro de 2015. 1-17. *in* <http://www.cije.up.pt/content/os-secret%C3%A1rios-das-sociedades-comerciais> p. 11.

⁷⁷ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 619.

⁷⁸ *Idem*. p. 620.

374º-A n.º 1 CSC)⁷⁹. Paulo Tarso Domingues, por sua vez, considera que, existindo, caberá ao secretário da sociedade auxiliar o presidente da mesa, a menos que o contrato de sociedade disponha de modo diferente⁸⁰.

Além da assembleia geral, também recai nas competências do secretário da sociedade, secretariar as reuniões dos restantes órgãos sociais, na periodicidade legal ou estatutariamente definida, assessorando os seus membros e zelando pelo seu normal funcionamento.

O conselho de administração (executivo), a quem compete gerir as atividades da sociedade, reúne sempre que for convocado pelo presidente ou por outros dois administradores (artigo 410 n.º 1 CSC), com uma periodicidade mensal, salvo disposição em contrário no contrato da sociedade (artigo 410º n.º 2 CSC).

O conselho fiscal, por sua vez, deve reunir trimestralmente, sendo as suas deliberações tomadas por maioria. De cada reunião deverá ser lavrada uma ata no livro respetivo ou em folhas soltas, assinada por todos os que nela tenham participado (artigo 423º n.ºs 1, 2 e 3 CSC).

Presente na estrutura germânica, o conselho geral e de supervisão, deve reunir-se, pelo menos, uma vez em cada trimestre (artigo 445º n.º 2 alínea a) CSC), ao passo que a comissão de auditoria deverá reunir-se com uma periodicidade bimestral (artigo 423º-G n.º 1 alínea a) CSC).

➤ Lavar as atas e assiná-las conjuntamente com os membros dos órgãos sociais respetivos e o presidente da mesa da assembleia geral, quando desta se trate (artigo 446º-B n.º 1 alínea b) CSC);

As deliberações dos sócios de uma dada sociedade só podem ser provadas pelas atas das assembleias, pelo que estas constituem condição de eficácia (artigo 63º n.º 1 CSC): *as declarações e deliberações dos acionistas (...) devem ser registadas em instrumentos apropriados que lhes confirmam um formalismo adequado e que permitam aos*

⁷⁹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 621.

⁸⁰ Domingues, Paulo de Tarso; (2015). O(s) Secretário(s) das Sociedades Comerciais, *RED Revista Eletrónica de Direito*, N.º 1, Janeiro de 2015, 1-17, in <http://www.cije.up.pt/content/os-secret%C3%A1rios-das-sociedades-comerciais> p. 11.

*interessados, durante um prazo legal mínimo, o acesso às decisões mais relevantes que os sócios tomem*⁸¹ (Cunha, 2016).

De cada reunião da assembleia geral deverá ser lavrada uma ata, sendo esta redigida e assinada por quem nela tenha servido como presidente e secretário, e pelo secretário da sociedade (caso exista), podendo contudo ser deliberado que a mesma seja submetida à sua aprovação, antes de assinada (artigo 388º n.ºs 1,2 e 3 CSC). Ora, de acordo com o artigo 446º-B n.º 1 alínea b) do CSC, no caso de existir secretário da sociedade, será a este que recairá a tarefa de redigir a referida ata.

As atas, para que possam ser consideradas válidas, deverão conter, pelo menos, a identificação da sociedade, lugar, dia e hora da reunião, bem como o nome do presidente e dos secretários, se os houver. Além desses elementos, deverá fazer menção ao nome dos sócios presentes ou representados e ao valor nominal das ações que cada um detenha, exceto quando a lei mande organizar lista de presenças, caso em que será anexada à respetiva ata (artigo 63º n.º 2 CSC).

Deverão conter ainda a ordem do dia constante da convocatória (salvo quando esta seja anexada à ata), a referência aos documentos e relatórios submetidos à assembleia, o teor das deliberações tomadas e os resultados das votações, bem como o sentido das declarações dos sócios, se estes o requererem, sendo lavradas sem intervalos em branco, entrelinhas ou rasuras, e ressaltando, antes da sua assinatura, erros, omissões ou rasuras (artigo 39º n.ºs 1 e 2 CCom).

Além dos requisitos mencionados, deverá ser assinada por todos os sócios que nela tenham participado, sendo que faltando alguma das assinaturas, deverá a sociedade notificar judicialmente esse sócio, para que cumpra a obrigação que sobre si recai, em prazo não inferior a oito dias. Decorrido esse período, a ata terá a necessária força probatória, desde que assinada pela maioria dos sócios que tomaram parte na assembleia (artigo 63º n.º 3 CSC). *A falta destes elementos afeta a validade da ata como meio de prova das deliberações dos sócios*⁸² (Cunha, 2016).

Tratando-se de sociedade aberta, a ata da assembleia geral de acionistas deverá ainda conter, em relação a cada uma das deliberações, o número total de votos emitidos, a percentagem de capital social representado correspondente ao número total de votos

⁸¹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. p. 683.

⁸² *Idem*. p. 684.

emitidos e o número de ações correspondente ao número total de votos emitidos (artigo 23º-D n.º 1 CVM). No prazo de 15 dias após o encerramento da assembleia, ou do cômputo definitivo da votação, tratando-se da emissão de votos por correspondência (artigo 384º n.º 9 alínea b) CSC), a informação constante das alíneas a), b), d) a g) do n.º 2 do artigo 63º do CSC, deverá ser divulgada, no sítio na internet da sociedade, aos acionistas e a quem teve o direito de participar e votar nessa assembleia (artigo 23º-D n.º 2 CVM).

Os livros ou as folhas das atas da sociedade servem para neles se lançarem as atas das reuniões de sócios, administradores e dos órgãos sociais, devendo mencionar a data em que foram celebradas, os nomes dos participantes ou a referência à lista de presenças autenticada pela mesa, os votos emitidos, deliberações tomadas e documentos utilizados, e ser assinadas pela mesa, e pelo secretário da sociedade, ou na sua falta, pelos participantes (artigo 37º CCom). As deliberações dos sócios podem ainda constar de escritura pública, de instrumento fora das notas, ou de documento particular avulso, devendo a administração da sociedade inscrever no respetivo livro a menção da sua existência (artigo 63º n.º 4 CSC).

➤ Proceder à expedição das convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais (artigo 446º-B n.º 1 alínea d) CSC);

A assembleia geral deverá ser convocada sempre que a lei o determine ou o conselho de administração, comissão de auditoria, conselho de administração executivo, conselho fiscal, ou o conselho geral e de supervisão entenda conveniente. Além disso, e mediante requerimento escrito e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, também poderá ser convocada quando o requererem um ou mais acionistas que possuam ações correspondentes a, pelo menos, 5% do capital social (artigo 375º n.ºs 1, 2 e 3 CSC), ou 2%, tratando-se de sociedades cotadas (artigo 23º-A n.º 1 CVM). A convocatória para a assembleia geral, em caso de deferimento do requerimento, deverá ser publicada, pelo presidente da mesa, nos 15 dias seguintes à receção do requerimento, devendo a assembleia reunir antes de decorridos 45 dias a contar da publicação da convocatória (artigo 375º n.º 4 CSC).

Durante os 15 dias anteriores à realização da assembleia geral, devem ser facultados à consulta dos acionistas, na sede da sociedade os nomes completos dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como da mesa da assembleia geral, a

indicação de outras sociedades em que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais, com exceção das sociedades de profissionais, propostas de deliberação a apresentar à assembleia, bem como os relatórios ou justificações que as devam acompanhar. Quando estiver incluída na ordem do dia a eleição de membros dos órgãos sociais, deverão ser facultados os nomes a propor, suas qualificações profissionais, indicação das atividades profissionais exercidas nos últimos cinco anos, bem como o número de ações da empresa de que sejam titulares (artigo 289º n.º 1 CSC).

Além desses elementos, e tratando-se de assembleia geral anual (artigo 376º n.º 1 CSC), deverão ser facultados aos acionistas, o relatório de gestão, as contas do exercício, demais documentos de prestação de contas (certificação legal de contas, parecer do conselho fiscal/comissão de auditoria/conselho geral e de supervisão ou da comissão para as matérias financeiras), relatório anual do conselho fiscal/comissão de auditoria/conselho geral e de supervisão/comissão para as matérias financeiras (artigo 289º n.º 1 alínea e) CSC), e tratando-se de sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, as informações referidas no artigo 21º-C n.º 1 do CVM. Os requerimentos de inclusão de assuntos na ordem do dia, previstos no artigo 378º do CSC, também deverão ser disponibilizados para consulta.

Os documentos devem ser enviados no prazo de oito dias, através de carta (titulares de ações correspondentes a, pelo menos, 1% do capital social, que o requeiram) ou de correio eletrónico (titulares de ações que o requeiram, se a sociedade não os divulgar no respetivo sítio da internet) (artigo 289 n.º 3 CSC).

A assembleia geral anual, a reunir no prazo de 3 ou 5 meses a contar do encerramento do exercício, deverá ser convocada pelo presidente da mesa (ou pela comissão de auditoria/conselho fiscal/conselho geral e de supervisão/tribunal, em casos especiais), sendo a respetiva convocatória publicada. Caso o contrato o determine, ou sendo nominativas todas as ações da sociedade, a publicação poderá ser substituída por carta registada ou correio eletrónico com recibo de leitura (em relação aos acionistas que comuniquem previamente o seu consentimento) (artigo 377º n.ºs 1, 2 e 3 CSC).

Entre a última divulgação e a data da reunião da assembleia deve mediar, pelo menos, um mês, devendo mediar entre a expedição das cartas registadas ou mensagens de correio eletrónico, pelo secretário da sociedade, e a data da reunião, pelo menos, 21 dias (artigos 377º n.º 4 CSC e 21º-B n.º 1 CVM).

A convocatória, qualquer que seja a sua forma, deverá conter, obrigatoriamente, pelo menos, as menções do artigo 171º do CSC⁸³, o lugar, dia e hora da reunião, a indicação da espécie de assembleia (geral ou especial), os requisitos a que estejam subordinados a participação e o exercício do direito de voto, a ordem do dia, e, caso seja permitido pelo contrato, a descrição de como se processa o voto por correspondência (artigo 377º n.º 5 CSC). Além destas, também deverá conter as disposições do artigo 21º-B n.º 2 do CVM. A este respeito, e de acordo com Paulo Tarso Domingues, apesar de a norma referir apenas a expedição, deve entender-se que cabe ao secretário promover a convocação dos membros dos órgãos sociais, qualquer que seja a sua forma⁸⁴.

Relativamente às reuniões do conselho de administração (executivo), deverão os administradores ser convocados por escrito, com a antecedência mínima adequada, exceto nos casos em que o contrato preveja a realização dessas reuniões noutras datas ou mediante outra forma de convocação (artigo 410º n.º 3 CSC).

Também as reuniões do conselho geral e de supervisão, de periodicidade trimestral (artigo 445º n.º 2 alínea a) CSC), deverão ser antecedidas de convocatória por escrito, respeitando uma antecedência adequada, relativamente à data em que se realizem (artigos 445º n.º 2 alínea a) e 410º n.º 3 CSC).

As reuniões do conselho fiscal e da comissão de auditoria, cuja periodicidade está prevista na lei, não preveem a necessidade de convocatória e sua antecedência. Contudo, à semelhança de outras disposições, poderão estar definidas no contrato de sociedade.

3.2. Competências Notariais

Além das funções de secretariado propriamente ditas, também recaem sobre a responsabilidade do secretário da sociedade, competências notariais. Aqui se incluem as

⁸³ De acordo com esta norma, e sem prejuízo de outras exigências, deverão constar, em toda a atividade externa da sociedade, a firma, tipo, sede, conservatória do registo comercial em que se encontre matriculada, seu número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva. Sendo caso disso, deverá constar a menção de que a sociedade se encontra em liquidação. No caso de se tratar de uma sociedade anónima, ainda terá que constar o capital social, montante do capital realizado (se diverso) e o capital próprio segundo o último balanço aprovado, sempre que este seja igual ou inferior a metade do capital social.

⁸⁴ Domingues, Paulo de Tarso; (2015). O(s) Secretário(s) das Sociedades Comerciais, *RED Revista Eletrónica de Direito*, N.º 1, Janeiro de 2015, 1-17, in <http://www.cije.up.pt/content/os-secret%C3%A1rios-das-sociedades-comerciais>. p. 11.

funções exercidas pelo secretário, elencadas nas alíneas c), e), f), h) e i) do n.º 1 do artigo 446º-B do CSC.

Tratando-se de funções notariais, importa esclarecer alguns conceitos e alterações legislativas. O notário é o jurista, a cujos documentos escritos, elaborados no exercício da sua função, é atribuída fé pública (artigo 1º Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro – Estatuto do Notariado). Como tal, esses documentos são considerados autênticos, gozando assim de força probatória plena⁸⁵.

Ora, o artigo 363º n.º 1 do CC dispõe que os documentos escritos podem ser autênticos ou particulares. Os documentos autênticos referem-se aos exarados, com as formalidades legais, pelas autoridades públicas, nos limites da sua competência ou, dentro do círculo de atividade que lhe é atribuído, pelo notário ou outro oficial público provido de fé pública (artigo 363º n.º 2 CC). Os documentos particulares, por sua vez, referem-se a todos os outros, sendo que são havidos por autenticados, quando confirmados pelas partes, perante notário, nos termos prescritos nas leis notariais (artigo 363º n.ºs 2 e 3 CC).

Deste modo, quando a lei exigir, como forma da declaração negocial, documento autêntico, autenticado ou particular, não pode este ser substituído por outro meio de prova ou por documento que não seja de força probatória superior (artigo 364º n.º 1 do CC).

Não obstante a referência ao notário, importa realçar as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, já que veio atribuir competência às câmaras de comércio e indústria (reconhecidas nos termos do Decreto-Lei n.º 244/92, de 29 de outubro), conservadores, oficiais de registo, advogados e solicitadores, para efetuar reconhecimentos simples e com menções especiais, presenciais e por semelhança, autenticar documentos particulares, certificar, ou fazer e certificar, traduções de documentos, nos termos previstos na lei notarial, bem como certificar a conformidade das fotocópias com os documentos originais e tirar fotocópias dos originais que lhes sejam presentes para certificação, nos termos do Decreto-Lei n.º 28/2000, de 13 de março (artigo 38 n.º 1 Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março).

⁸⁵ Lopes, J. de Seabra. (2011). *Direito dos Registos e do Notariado*, 6ª edição, Almedina. p. 537.

Os reconhecimentos, autenticações e certificações efetuados por estas entidades, conferem ao documento em questão a mesma força probatória que este teria se tais atos tivessem sido realizados com intervenção notarial (artigo 38º n.º 2 Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março), sendo que apenas poderão ser validamente praticados mediante registo em sistema informático da OA ou da OSAE⁸⁶.

A atividade notarial, ainda que realizada por solicitador deverá ser realizada com respeito pelos vários princípios que a norteiam, designadamente o da legalidade, autonomia, imparcialidade, exclusividade e livre escolha. Sendo assim, a viabilidade dos atos cuja prática é requerida ao notário, será apreciada em face das disposições legais aplicáveis e documentos apresentados ou exibidos, verificando este a legitimidade dos interessados, a regularidade formal e substancial dos referidos documentos, bem como a legalidade substancial do ato solicitado. As suas funções deverão ainda ser exercidas com independência, mantendo este equidistância relativamente a interesses particulares susceptíveis de conflituarem, bem como em regime de exclusividade, sendo incompatíveis com outras funções remuneradas, públicas ou privadas, salvo algumas exceções. Importa ainda acrescentar que deverá ser escolhido livremente pelos interessados, desde que observadas as normas relativas à competência territorial⁸⁷ (artigo 38º n.º 1 do Decreto-Lei 76-A/2006, de 29 de março).

Devem ainda ser respeitados os casos de impedimento previstos para o notário, enumerados ao longo do artigo 5º do CN, não podendo este realizar atos em que sejam parte ou beneficiários, diretos ou indiretos, quer ele próprio, quer o seu cônjuge ou qualquer parente ou afim na linha reta ou em 2º grau na linha colateral, sendo extensivos aos atos cujas partes ou beneficiários tenham como procurador ou representante legal algumas das pessoas mencionadas.

Ora, na versão original do Decreto-Lei nº 257/96, de 31 de dezembro, o nº 2 do artigo 446º-B do CSC, tinha uma redação diferente⁸⁸, exigindo a verificação da conformidade de poderes para a realização dos atos mencionados nas alíneas e), f) e h) do n.º 1 do

⁸⁶ Sendo a entidade autenticadora solicitador, deverá o registo ser efetuado na plataforma: Registo Online de Atos de Solicitadores (ROAS), gerida pela OSAE e disponível in <https://www.solicitador.org/roas2/login.jsp>.

⁸⁷ Lopes, J. de Seabra. (2011). *Direito dos Registos e do Notariado*, 6ª edição, Almedina, pp. 540 e 541.

⁸⁸ As funções referidas nas alíneas e), f) e h) do n.º 1 deste artigo são exercidas sem prejuízo da competência de verificação da conformidade de tais poderes para o ato que caibam às entidades públicas e, em especial, aos notários e conservadores.

referido artigo. Com a atribuição de competências notariais ao solicitador, a necessidade de verificação da conformidade de poderes para o ato por parte de notários e conservadores, deixou de ser necessária, pelo que essa disposição foi revogada.

Assumindo uma posição contrária a esta nova faculdade atribuída a advogados e solicitadores (e outras entidades), está a Ordem dos Notários, entendendo que a intervenção destes profissionais não altera a natureza de um dado documento particular, o que, na sua perspetiva, não poderá conferir aos documentos força probatória superior à do documento particular, apesar da tentativa do legislador em dispor de maneira diferente.

A referida associação pública profissional refere ainda que advogados e solicitadores não são oficiais públicos, mas tão somente profissionais liberais, não dotados de fé pública, nem consequentemente, conferem autenticidade aos atos em que intervêm ou aos documentos que elaboram⁸⁹.

No mesmo sentido, Mónica Jardim, ao referir que a formação exigida para a prática dos atos é diferente, sendo mais exigente para os notários, bem como relativamente à área de atuação dos agentes, na medida em que os notários só podem praticar atos dentro do concelho onde se encontra situado o seu cartório, diferente do que sucede com os restantes agentes, dado que não têm qualquer limitação territorial⁹⁰.

➤ Conservar, guardar e manter em ordem os livros e folhas de atas, as listas de presenças, o livro de registo de ações, bem como o expediente a eles relativo (artigo 446º-B n.º 1 alínea c) CSC);

Todos os sócios têm direito a participar na boa administração da empresa, pelo que além de poderem participar nas deliberações sociais, sem prejuízo das restrições previstas na lei, também podem obter informações sobre a vida da sociedade, nos termos da lei e do contrato (artigo 21º n.º 1 alíneas b) e c) CSC), facilitando e instruindo a tomada de decisões.

⁸⁹ *Termos de Autenticação*. Ordem dos Notários, in <http://www.notarios.pt/OrdemNotarios/PT/PrecisoNotario/TermosAutenticacao/>, acedido e consultado em 25-05-2017.

⁹⁰ Jardim, Mónica. A Atividade Notarial em Portugal – O Antes e o Depois da Entrada em Vigor do Decreto-lei nº 26/2004 que Impôs a “Privatização/Desfuncionarização”, in <http://cenor.fd.uc.pt/site/>, acedido e consultado em 25-07-2017.

Esse direito mínimo à informação, nas sociedades anónimas, tal como dispõe o artigo 288º n.º1 alíneas b) e e) do CSC, é atribuído aos acionistas que possuam ações correspondentes a pelo menos 1% do capital social, podendo consultar, desde que aleguem motivo justificado, na sede da sociedade, as convocatórias, atas, listas de presenças das reuniões das assembleias gerais e especiais de acionistas e obrigacionistas, realizadas nos últimos três anos, bem como o documento de registo de ações, entre outras informações relevantes, não esquecendo as informações preparatórias da assembleia geral (artigo 289º CSC), nem o direito coletivo à informação, quando requerido por acionistas que representem, pelo menos, 10% do capital social (artigo 291º CSC).

As deliberações dos sócios só poderão ser provadas pelas atas das assembleias, ou pelos documentos onde constem deliberações por escrito, sendo por isso consideradas condição de eficácia. Como tal, as atas deverão incluir obrigatoriamente a identificação da sociedade, lugar, dia e hora da reunião, o nome do presidente e secretário, nomes dos sócios presentes ou representados e respetivo valor nominal das ações de que são titulares, a ordem do dia constante da convocatória, referência aos documentos e relatórios submetidos à assembleia, o teor das deliberações tomadas, os resultados das votações, entre outros elementos (artigo 63º n.ºs 1 e 2 CSC).

As listas de presenças, por sua vez, incluem o nome e domicílio de cada um dos acionistas presentes ou representados (sendo neste caso o do representante), bem como o número, categoria e valor nominal das ações pertencentes a cada acionista presente ou representado. Poderão ser consultadas por qualquer acionista, pelo que deverão ficar arquivadas na sociedade.

As atas e listas de presenças, bem como todo o expediente a elas relativo, deverão por isso permanecer devidamente conservadas e organizadas, e acessíveis aos sócios e interessados que requeiram a sua consulta, por forma a assegurar o seu direito de informação.

- Certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da sociedade (artigo 446º-B n.º 1 alínea e) CSC);
- Certificar que todas as cópias ou transcrições extraídas dos livros da sociedade ou dos documentos arquivados são verdadeiras, completas e atuais (artigo 446º-B n.º 1 alínea f) CSC);

- Certificar o conteúdo, total ou parcial, do contrato de sociedade em vigor, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da sociedade e quais os poderes de que são titulares (artigo 446º-B n.º 1 alínea h) CSC);
- Certificar as cópias atualizadas dos estatutos, das deliberações dos sócios e da administração e dos lançamentos em vigor constantes dos livros sociais, bem como assegurar que elas sejam entregues ou enviadas aos titulares de ações que as tenham requerido e que tenham pago o respetivo custo (artigo 446º-B n.º 1 alínea i) CSC);
- Autenticar com a sua rubrica toda a documentação submetida à assembleia geral e referida nas respetivas atas (artigo 446º-B n.º 1 alínea j) CSC);

Tal como havia sido mencionado, o decreto-lei nº 76-A/2006, de 29 de março veio conferir aos solicitadores algumas competências (artigo 38º), que até aí eram exclusivas dos notários, permitindo desta forma que o secretário pudesse certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da sociedade. O reconhecimento feito pelo solicitador secretário terá assim igual valor probatório, comparativamente ao reconhecimento efetuado pelo notário.

Dispõe o artigo 35º do CN que os documentos lavrados por notário, ou em que intervém, podem ser autênticos, autenticados ou ter reconhecimento notarial.

Relativamente às funções em análise importa considerar que têm reconhecimento notarial os documentos particulares cuja letra e assinatura, ou só assinatura, se mostrem reconhecidas por notário (artigo 35º n.º 4 CN), sendo estes lavrados no próprio documento a que respeitam ou em folha anexa (artigo 36º n.º 4 CN) e utilizando cor preta, conferindo inalterabilidade e duração à escrita (artigo 39º n.º 1 CN).

O reconhecimento notarial da letra e assinatura, ou só da assinatura, não ultrapassa o âmbito da garantia de que a letra e a assinatura pertencem à pessoa a quem são atribuídas, excluindo o conteúdo do documento. Contudo, não poderão ser reconhecidas assinaturas apostas em documentos cuja leitura não seja facultada ao notário, em papel em branco, em documento escrito em língua estrangeira que o notário não domine, ou em documento escrito ou assinado a lápis (artigo 157º CN).

Devem ainda ser observadas as formalidades previstas no artigo 46º do CN, sendo que, tratando-se de instrumento notarial destinado a titular atos sujeitos a registo deverá conter as menções especiais previstas no artigo 47º do CN.

A verificação da identidade, por sua vez, poderá ser efetuada pelo conhecimento pessoal do notário, pela exibição do bilhete de identidade, de documento equivalente ou da carta de condução, se emitidos pela autoridade competente de um dos países da União Europeia, pela exibição do passaporte ou ainda pela declaração de dois abonadores, cuja identidade o notário tenha verificado por uma das formas previstas anteriormente, consignando-se expressamente qual o meio de identificação usado e respeitando os requisitos previstos nos artigos 67º e 68º do CN (artigo 48º n.º 1 CN).

Tratando-se de prova documental da qualidade de representante de pessoa coletiva sujeita a registo e da suficiência dos seus poderes, será necessária certidão do registo comercial, válida por um ano, sem prejuízo de o notário poder solicitar outros documentos por onde complete a verificação dos poderes invocados (artigo 49º n.º 1 CN). A este respeito importa referir o artigo 446º-B n.º 2 do CSC, o qual indica que as certificações feitas pelo secretário da sociedade, nas alíneas e), f) e h) do n.º 1 do mesmo artigo, substituem, para todos os efeitos legais, a certidão de registo comercial.

3.3. Competências de Informação

➤ Satisfazer, no âmbito da sua competência, as solicitações formuladas pelos acionistas no exercício do direito à informação e prestar a informação solicitada aos membros dos órgãos sociais que exercem funções de fiscalização sobre deliberações do conselho de administração ou da comissão executiva (artigo 446º-B n.º 1 alínea g) CSC);

O direito à informação é corporizado no acesso a um certo conhecimento, próprio da vida social, consistindo na consulta de elementos da sociedade, mas também nas informações necessárias para uma adequada formação das deliberações sociais⁹¹. *Genericamente previsto no artigo 21º n.º 1 alínea b) do CSC, onde se preceitua que todo o sócio tem direito a obter informações sobre a vida da sociedade, nos termos da lei e do contrato, é um direito social autónomo e não meramente instrumental, corolário do risco de entrada na sociedade, traduzindo-se numa “ferramenta de controlo social”, que permite a reclamação de dados essenciais à salvaguarda da posição financeira e social do sócio. (...) Desdobra-se em quatro vertentes distintas e*

⁹¹ Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição: Almedina. pp. 374 e 375.

*complementares, integrando: um direito a obter informações; um direito de consulta dos livros e documentos da sociedade; um direito de inspeção de bens sociais; e, embora noutro plano, um direito de requerer inquérito judicial*⁹².

Desta forma, o dever de prestar informações atribuído ao secretário não se deve confundir com o direito previsto no artigo 288º do CSC, mais amplo e detalhado.

No desempenho do seu cargo, e no âmbito da sua competência, nomeadamente as que respeitem a atas e documentos sociais, o secretário, além de satisfazer as solicitações formuladas pelos acionistas, também deve prestar informações aos órgãos de fiscalização da sociedade, quando questionado sobre deliberações do conselho de administração ou da comissão executiva.

3.4. Competências de Registo

A estabilidade económica e social das empresas depende de mecanismos que garantam o conhecimento das situações jurídicas suscetíveis de as afetar.

Um desses mecanismos é o registo, o qual, como refere o artigo 1º n.º 1 do Código do Registo Comercial, serve para dar publicidade à situação jurídica dos comerciantes individuais, das sociedades comerciais, das sociedades civis sob forma comercial e dos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, garantindo a segurança do comércio jurídico. *Foi – e bom seria que continuasse a ser – um importante instrumento ao serviço do direito comercial e especialmente do direito societário, o que por si só indica o apreciável alcance que lhe cabe na vida económica e social, (...) motivo que explica e terá determinado que esta instituição fosse melhorando e progredindo ao longo da evolução histórica, (...) sobretudo depois da codificação autónoma do direito comercial, primeiro com o “Código Ferreira Borges”, de 1833, mas principalmente com o “Código Veiga Beirão”, de 1888 e com os regulamentos e decretos que se lhe*

⁹² Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, proferido no processo 115/15.0T8AVR.P1, de 25-01-2016, *in* <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/80bfae6a41657e4480257f5600310be9?OpenDocument&Highlight=0,secret%C3%A1rio,sociedade>, acedido e consultado em 02-10-2017.

*seguiram, culminando com o Código do Registo Comercial de 1986*⁹³ (Guerreiro, 2007).

Para que possa garantir a certeza jurídica que dele se espera, o registo necessita de se fazer titular, testemunhando, de forma qualificada, a ocorrência dos factos ou declarações de vontade⁹⁴. O título representa assim *o facto jurídico de que resulta a atribuição a alguém da pertença de um direito (...), corporizado num documento elaborado ou autenticado por oficial público particularmente qualificado: o notário*⁹⁵ (Seabra, 2011).

Além do título que lhe serve de base, o registo deve cumprir outros requisitos:

- i. O controlo da legalidade e da verdade da ocorrência dos factos jurídicos objeto do registo é assegurado pelo Estado, através de oficial público qualificado, a quem é conferida fé pública relativamente aos assentos lavrados sob sua responsabilidade;*
- ii. A conexão entre registos, como forma de assegurar a exatidão das situações jurídicas sucessivamente decorrentes dos factos registados, é garantida;*
- iii. A situação jurídica decorrente do registo é oponível a terceiros, o que significa que a situação jurídica existe e afeta o direito desses terceiros;*
- iv. A publicidade do registo está assegurada, no sentido de que qualquer interessado pode ter conhecimento do seu conteúdo*⁹⁶ (Seabra, 2011).

Complementando estes requisitos, existem vários princípios orientadores do registo comercial, cuja principal função é auxiliar e permitir a correta interpretação das normas registais. São eles os princípios da instância, tipicidade, presunção da verdade registal, publicidade, especialidade, legalidade, prioridade e trato sucessivo.

O princípio da instância, consagrado no artigo 28º do CRC, dispõe que o registo se efetua a pedido dos interessados, sendo formulado verbalmente, se efetuado presencialmente, por pessoa com legitimidade para o efeito, ou por escrito, nos restantes casos (artigo 4º RRCOM).

⁹³ Guerreiro, J. A. Mouteira, Registo Comercial – Ainda Existe?. in <http://cenor.fd.uc.pt/site/> , acedido e consultado em 02-10-2017.

⁹⁴ Lopes, J. de Seabra. (2011). *Direito dos Registos e do Notariado*. 6ª edição: Almedina. p.10.

⁹⁵ *Idem*. p. 11.

⁹⁶ *Idem*. p. 14.

Por sua vez, o princípio da tipicidade ou *numerus clausus* remete-nos para a ideia de que só podem ser levados a registo, factos que a lei permite ou determina que o sejam, estando por isso taxativamente enumerados ao longo dos artigos 3º a 10º do CRC.

O princípio da presunção da verdade registal indica que a situação jurídica existe, nos termos em que é definida (artigo 11º CRC). O registo comercial tem, em regra, efeito declarativo, pelo que a presunção legal dele decorrente poderá ser ilidida mediante prova em contrário. Contudo, noutras situações, caso do registo por transcrição definitivo, o seu efeito já é constitutivo, não admitindo prova em contrário.

Subjacente ao registo comercial está também o princípio da publicidade. Consagrado nos artigos 1º, 70º, 73º e 74º do CRC, transmite a ideia de que o registo se destina a *dar publicidade à situação jurídica das pessoas singulares ou coletivas por ele abrangidas: daí que não só a qualquer pessoa é reconhecido o direito de ser informada de quais os factos constantes do registo, como também certos atos de registo são mesmo de publicação obrigatória, atualmente na internet*⁹⁷ (Seabra, 2011).

Um outro princípio, não menos importante é o da especialidade, pelo que todos os elementos constantes do registo necessitam de estar claramente especificados e individualizados, por forma a afastar quaisquer dúvidas, quer sobre a sua identificação, quer sobre os direitos e obrigações que sobre si incidam (artigos 8º a 15º do RRCom).

O princípio da legalidade ou qualificação, previsto no artigo 47º do CRC, indica-nos que o pedido de registo por transcrição terá que ser submetido a um controlo da legalidade, pelo que a sua viabilidade deverá ser apreciada em face das disposições legais aplicáveis, dos documentos apresentados e de registos anteriores, verificando-se especialmente a legitimidade dos interessados, a regularidade formal dos títulos e a validade dos atos neles contidos.

A este respeito, salienta-se a opinião de Joaquim de Seabra Lopes, denunciando uma eventual desconsideração da segurança jurídica, pois face às alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de março, a responsabilidade pela observância do princípio da legalidade recai sob o conservador, apenas se respeitar a um registo por transcrição. Tratando-se do registo de atos modificativos da titularidade de participações

⁹⁷ Lopes, J. de Seabra. (2011). *Direito dos Registos e do Notariado*. 6ª edição: Almedina. p. 164.

sociais e de direitos sobre elas, a responsabilidade passa a ser da sociedade, tal como prevê o artigo 242º-E n.º 1 do CSC⁹⁸.

O princípio da prioridade, por sua vez, refere que o facto registado em primeiro lugar prevalece sobre os que se lhe seguirem, relativamente às mesmas quotas ou partes sociais, segundo a ordem do respetivo pedido, tal como é descrito no artigo 12º do CRC.

Já o princípio do trato sucessivo ou da conexão indica que os titulares dos direitos devem constar do registo de forma continuada, pelo que o titular de um direito atual só o poderá adquirir do anterior titular desse direito⁹⁹. Tal princípio consta do artigo 242º-D do CSC, prevendo a intervenção do titular registado, sempre que a sociedade queira promover o registo de atos modificativos da titularidade de quotas ou partes sociais e de direitos sobre elas.

➤ Promover o registo dos atos sociais a ele sujeitos (artigo 446º-B n.º 1 alínea 1) CSC);

No âmbito do registo comercial, os registos efetuam-se por transcrição ou por depósito (artigo 53º-A n.º 1 CRC). O registo por transcrição consiste na extractação dos elementos que definem a situação jurídica das entidades sujeitas a registo constantes dos documentos apresentados (artigos 53º-A n.ºs 2 e 5 CRC e 8º RRCom).

O registo por depósito, por sua vez, consiste no mero arquivamento dos documentos que titulam factos sujeitos a registo (artigos 53º-A n.ºs 3 e 4 CRC e 14º RRCom), sem prejuízo dos regimes especiais de depósito da prestação de contas (artigo 42º CRC).

O pedido de registo por depósito é formulado verbalmente, se efetuado presencialmente por pessoa com legitimidade para o efeito, sendo, nos restantes casos, efetuado por escrito, tal como já havia sido referido relativamente ao princípio da instância (artigo 4º RRCom).

Como tal, caberá à sociedade promover os registos relativos a factos em que tenha tido intervenção ou mediante solicitação de quem tenha legitimidade (artigo 242º-B CSC). Existindo secretário da sociedade, e tal como refere o artigo 446º-B do CSC, competir-lhe-á promover o registo de atos sociais a ele sujeitos.

⁹⁸ Lopes, J. de Seabra. (2011). *Direito dos Registos e do Notariado*. 6ª edição: Almedina. p. 165.

⁹⁹ *Idem*. p. 166.

Salienta-se ainda a promoção *online* de atos de registo comercial, nos termos definidos pela portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro. Este faz-se através do sítio da internet www.empresonline.pt, devendo os interessados formular o seu pedido e enviar os documentos necessários ao registo (documentos que legalmente comprovem os factos constantes do pedido, capacidade e poderes de representação para o ato), tal como refere o artigo 4º da referida portaria.

As inscrições, definitivas ou provisórias, tal como dispõe o artigo 63º do CRC, extratam dos documentos depositados os elementos que definem a situação jurídica dos comerciantes individuais, das pessoas coletivas e dos estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, pelo que, em princípio, a cada facto sujeito a registo irá corresponder uma inscrição, salientando as exceções do artigo 66º CRC.

4. RESPONSABILIDADE

O secretário da sociedade comercial é responsável civil e criminalmente pelos atos que praticar no exercício das suas funções (artigo 446º-F CSC).

4.1. Responsabilidade Civil

O princípio geral da responsabilidade civil, previsto no artigo 483º do CC refere que, aquele que com dolo ou mera culpa violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição destinada a proteger interesses alheios, fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes dessa violação.

A responsabilidade decorre assim de um facto objetivamente controlável ou dominável pelo agente, isto é, uma conduta humana, que tanto pode consistir num facto positivo, uma ação, como num negativo (omissão ou abstenção), violadora do direito de outrem ou de qualquer disposição legal que vise proteger interesses alheios – comportamento ilícito. Para que desse facto irrompa a consequente responsabilidade necessário se torna, à partida, que o agente possa ser censurado pelo direito, em razão precisamente de não ter agido como podia e devia de outro modo, isto é, que tenha agido com culpa. A ilicitude e a culpa são elementos distintos: aquela, virada para a conduta objetivamente considerada, enquanto negação de valores tutelados pelo direito; esta, olhando sobretudo para o lado subjetivo do facto jurídico. A responsabilidade traduz-se na obrigação de indemnizar, de reparar os danos sofridos pelo lesado. (...) Os danos podem ter um conteúdo económico (danos patrimoniais) abrangendo os danos emergentes, efetiva diminuição do património do lesado, o prejuízo causado nos seus bens, e o lucro cessante, os ganhos que se frustraram por causa do facto ilícito, ou imaterial (danos não patrimoniais ou morais, que resultam da ofensa de bens de carácter espiritual ou morais, e que não sendo susceptíveis de avaliação pecuniária, podem todavia ser compensados pelo sacrifício imposto no património do lesante)¹⁰⁰.

Assumindo duas formas distintas, a responsabilidade civil poderá ser extracontratual ou contratual, consoante ocorra a violação de deveres genéricos de respeito e de normas

¹⁰⁰ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo 1674/07.7TVLSB.P1.S1, de 23-02-2012, *in* <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/3822fe18e4617a1b802579b90053f603?OpenDocument>, acedido e consultado em 20-10-2017.

gerais destinadas à proteção doutrem (artigo 483º CC), ou o incumprimento de obrigações (artigo 798º CC), adstrito à relação inter-subjetiva entre lesado e lesante¹⁰¹ (Leitão, 2010).

As atribuições do órgão de administração da sociedade, responsável pela condução dos negócios sociais e pela prática de atos destinados a dinamizar e prosseguir o escopo da sociedade, assumem um papel importante na vida social, pelo que, no exercício das suas funções, administradores e gerentes, por ação ou omissão e com preterição dos deveres legais ou contratuais, podem causar danos, quer à sociedade, quer a sócios e terceiros, incorrendo por isso em responsabilidade¹⁰².

E porque está em causa a existência de um contrato, vinculando os membros destes órgãos à sociedade, pressupõe-se que incorram em responsabilidade civil obrigacional, sempre que faltem culposamente ao cumprimento da obrigação ao qual estão vinculados (artigo 798º CC). Da citada norma resulta uma equiparação aos pressupostos da responsabilidade civil delitual, na medida em que também se faz referência ao facto voluntário do devedor, cuja ilicitude resulta do não cumprimento da obrigação que sobre si recai, mas também a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre facto e dano. São ainda tutelados todos os prejuízos sofridos, bem como benefícios que o credor deixou de usufruir, pelo facto de a obrigação não ter sido cumprida¹⁰³.

O secretário da sociedade, apesar de não ser um órgão social, é responsável civilmente pelos atos que praticar no exercício das suas funções (artigo 446º-F CSC). *Na sua atuação (...) tem de agir com diligência, de modo criterioso e ordenado, no interesse da sociedade, tendo em conta os interesses dos sócios e dos trabalhadores. Desta forma o que está em causa é o cumprimento do dever de atuar perante a sociedade e no seu interesse, com os reflexos que daí resultam para os administradores, sócios e trabalhadores*¹⁰⁴ (Varanda, 2013). Não havendo uma outra norma que discipline essa responsabilidade, e dada a importância do leque de funções que lhe são atribuídas, julgo

¹⁰¹ Leitão, Luís Manuel. (2010). Direito das Obrigações. Volume I: Almedina. p. 292.

¹⁰² Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo 189/11.3TBCBR.C1.S1, de 28-02-2013, *in* <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/71ddd36463e43a2a80257b21003c993a?OpenDocument>, acedido e consultado em 20-10-2017.

¹⁰³ Leitão, Luís Manuel. (2010). Direito das Obrigações. Volume I: Almedina. pp. 365 e 367.

¹⁰⁴ Varanda, Isidora. Câmara dos Solicitadores. (2013). *O Solicitador Secretário de Sociedade*. Lisboa, p. 55, *in* http://solicitador.net/uploads/cms_page_media/809/SolSecSociedade.pdf.

pertinente a sua equiparação, com as devidas e necessárias adaptações, ao regime aplicável a administradores e gerentes.

Desta forma, será indispensável ter em atenção o artigo 64º do CSC, já que estabelece um critério para qualificar, em alguns casos, determinados atos como ilícitos e aferir a culpa, dos órgãos de administração e fiscalização. Indica assim que administradores e gerentes (e também o secretário), no desempenho das suas funções, deverão observar deveres de cuidado, revelando disponibilidade, competência técnica e conhecimento da atividade da sociedade, adequados às suas funções e empregando nesse âmbito a diligência de um gestor criterioso e ordenado, bem como deveres de lealdade, atendendo aos interesses da sociedade, designadamente aqueles, que a longo prazo se revelem benéficos para os sócios, e ponderando também interesses e expectativas de trabalhadores, clientes e credores (artigo 64º n.º 1 alíneas a) e b) CSC). *No fundo, a ideia corrente de que o que cada um deve fazer, deve ser bem feito, de modo sério, cuidado e leal, apanágio das pessoas de bem, de boa formação e de são procedimento. In casu, porque em causa órgãos sociais, esses padrões ético-deontológicos significam que os respetivos membros devem cumprir com cuidado e lealdade as funções que lhes estão confiadas, no interesse da sociedade, dos acionistas e de outros stakeholders. Deveres fiduciários, portanto aqueles que incidem sobre os titulares de órgãos sociais, a cumprir de boa-fé, de modo normal e são, com a diligência e a lealdade exigíveis de “um bom pai de família, em face das circunstâncias de cada caso”, segundo o critério do profissional razoável (gestor, fiscal, médico, advogado, engenheiro, etc.) no condicionalismo do caso concreto*¹⁰⁵ (Silva, 2007).

Os gerentes e administradores respondem assim pelos danos causados à sociedade, por atos ou omissões praticados com preterição dos deveres legais ou contratuais, salvo se provarem que agiram sem culpa (artigo 72º n.º 1 CSC). *Importa, então, indagar se (...) se verificam os aludidos pressupostos da responsabilidade do gerente. (...) A ilicitude da conduta geradora de responsabilidade pode consistir na violação do contrato ou da lei, por ação ou omissão, (...) e da preterição de deveres contratuais e/ou legais, tendo que existir sempre uma desconformidade entre a conduta do administrador e aquela*

¹⁰⁵ Silva, João Calvão. (2007). Responsabilidade Civil dos Administradores Não Executivos, da Comissão de Auditoria e do Conselho Geral e de Supervisão, *Revista da Ordem dos Advogados*. N.º 67. in http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=59032&ida=59049 , acedida e consultada em 05-09-2017.

que lhe era normativamente exigível. No entanto, na responsabilidade do administrador para com a sociedade, essa culpabilidade, (...) presume-se, conforme resulta do artigo 72º n.º 1 CSC, bastando, por isso, a prova da violação de deveres por parte do gerente, independentemente dessa mesma culpa. Na determinação do critério de avaliação de culpa que deve prevalecer na ponderação de eventual responsabilidade dos gerentes, resulta do citado artigo 64º estarmos na presença de um critério de apreciação da culpa em abstrato particularmente exigente. Uma eventual responsabilidade só será afastada por ausência de culpa quando o gerente ou administrador tenham atuado tal como faria um gestor medianamente criterioso em face das mesmas circunstâncias.

Verificados os demais pressupostos de responsabilidade civil (facto ilícito, culpabilidade, prejuízos, nexo de causalidade), é ao gerente ou administrador que competirá o ónus da prova da ausência de culpa. Situação normal da responsabilidade contratual (artigo 799º n.º 1 CC), mas excecional na responsabilidade delitual (artigo 487º n.º 1 CC).

O dano é sempre um pressuposto em qualquer tipo de responsabilidade civil, subjetiva ou objetiva. A conduta ilícita do gerente só dará lugar a responsabilidade civil se dela tiverem decorridos prejuízos. Mas os danos a ter em conta na responsabilidade civil são apenas aqueles que não se teriam verificado se não fora a conduta ilícita do gerente, ou, melhor, aqueles que são uma consequência dessa conduta ilícita (artigo 563º CC)¹⁰⁶.

Além da responsabilidade para com a sociedade, gerentes e administradores, também respondem para com os credores sociais quando, pela inobservância culposa das disposições legais e contratuais, às quais estão vinculados, o património social se torne insuficiente para a satisfação dos respetivos créditos (artigo 78º n.º 1 CSC). Essa obrigação de indemnização não é excluída pela renúncia ou transação da sociedade, nem pelo facto de o ato ou omissão assentar em deliberação da assembleia geral (artigo 78º n.º 3 CSC), ou tampouco em caso de insolvência da sociedade, podendo os direitos ser exercidos pela administração da massa insolvente (artigo 78º n.º 4 CSC).

¹⁰⁶ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo 189/11.3TBCBR.C1.S1, de 28-02-2013, *in* <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/71ddd36463e43a2a80257b21003c993a?OpenDocument>, acedido e consultado em 20-10-2017.

Não obstante, e porque a responsabilidade de gerentes e administradores é tríplice¹⁰⁷, também respondem, nos termos gerais, para com sócios e terceiros pelos danos que diretamente lhes causarem no exercício das suas funções (artigo 79º n.º 1 CSC).

4.2. Responsabilidade Criminal

Já na eventualidade de o secretário, no exercício das suas funções, praticar um crime, com dolo, objetiva e intencionalmente, terá que ser igualmente responsabilizado (artigos 446º-F e 527º n.º 1 CSC).

A título de exemplo, e dado que é ao secretário que compete expedir as convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais (artigo 446º-B n.º 1 alínea d) CSC), sempre que ocorra alguma irregularidade no cumprimento de prazos e/ou formalidades, recai sobre este uma pena de multa até 30 dias (artigo 515º n.º 1 CSC).

A recusa ilícita de informações também é punida. Recusando a consulta de documentos que a lei determina que sejam postos à disposição dos interessados para preparação de assembleias sociais, não satisfazendo as condições e prazos estabelecidos na lei, o secretário é punido, se pena mais grave não couber, por força de outra disposição legal, com prisão até 3 meses e multa até 60 dias (artigo 518º n.º 1 CSC). Da mesma forma, e estando obrigado a prestar informações sobre a vida da sociedade, e as der contrárias à verdade, será punido com prisão até 3 meses e multa até 60 dias, se pena mais grave não couber (artigo 519º n.º 1 CSC).

Um outro aspeto está relacionado com a redação e assinatura das atas pelo secretário. Ora, não o fazendo e sem a devida justificação, será punido com multa até 120 dias (artigo 521º CSC). Não obstante o referido, a sua falsificação também constitui crime, nos termos do artigo 256º do Código Penal (CP): *no crime de falsificação o agente tem de atuar com a específica intenção de causar prejuízo ou de obter benefício ilegítimo. Aquando da prática do crime de falsificação o agente deverá ter conhecimento de que está a falsificar um documento ou que está a usar um documento falso, e apesar disto,*

¹⁰⁷ Cfr. Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, proferido no processo 189/11.3TBCBR.C1.S1, de 28-02-2013, *in* <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/71ddd36463e43a2a80257b21003c993a?OpenDocument>, acedido e consultado em 20-10-2017.

*quer falsificá-lo ou utilizá-lo com intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, ou de obter para si ou para outrem benefício ilegítimo*¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, proferido no processo 5/16.0T9MGL.C1, de 27-09-2017, *in* <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/bffc318c574bd8ea802581af0037c2dd?OpenDocument>, acedido e consultado em 09-11-2017.

CONCLUSÃO

Finda a exposição que ora se apresenta, não tenho dúvidas acerca da crescente importância atribuída ao solicitador secretário da sociedade comercial. Ao tentar regulamentar uma situação que já ocorria nas sociedades de maior dimensão, em que certas tarefas já estavam sob a alçada de uma só pessoa, o legislador pretendeu aumentar a sua eficácia, evitando atos repetitivos e desnecessários, designadamente junto dos cartórios notariais e das conservatórias de registo comercial. Contudo, volvido algum tempo após a sua criação, algumas situações carecem de ser revistas...

A título de exemplo poderá referir-se a questão do secretariado das assembleias gerais, já que não se distingue com clareza quais as funções a desempenhar pelo secretário da sociedade e pelo secretário da mesa.

Mas mais importante é a questão da responsabilidade. A norma do CSC parece um pouco vaga, não esclarecendo em concreto os deveres e obrigações que recaem sob o secretário no exercício das suas funções (à semelhança do que acontece com gerentes e administradores). Seria importante aferir com precisão esses deveres, por forma a avaliar com exatidão o cumprimento (ou não) dos pressupostos inerentes à responsabilidade e a medida da culpa.

Um outro aspeto relaciona-se com a questão da obrigatoriedade. Quando instituiu o cargo de secretário, o legislador optou por lhe atribuir um caráter facultativo, quando estivesse em causa um tipo societário, que não aquele por este indicado. Contudo, e tendo em conta a crescente importância que lhe foi sendo atribuída, penso que seria oportuno repensar a sua inclusão noutras sociedades. A realização de diversos atos por um profissional competente sairia reforçada.

Ao longo do estudo realizado e dada a escassez de doutrina e jurisprudência sobre o tema, constatei ainda que a figura do secretário da sociedade comercial não tem a devida divulgação, pelo que a dissertação que ora se apresenta pretende ser mais um contributo, para aumentar a ainda escassa literatura sobre o solicitador secretário da sociedade comercial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, Jorge Manuel Coutinho de. (2007). *Curso de Direito Comercial. Volume II*. 2ª edição: Almedina.

Abreu, Jorge Manuel Coutinho de, coord., et al. (2010). *Estudos de Direito das Sociedades*. 10ª edição: Almedina.

Alves, Jorge. (2011). *Os Solicitadores: Memória e Identidade. A Construção Sócio-Histórica de Uma Profissão*. Lisboa: Câmara dos Solicitadores.

Cunha, Paulo Olavo. (2015). *Direito das Sociedades Comerciais*. 5ª edição: Almedina.

Cunha, Paulo Olavo. (2016). *Direito das Sociedades Comerciais*. 6ª edição. Almedina.

Domingues, Paulo de Tarso. (2015). O(s) Secretário(s) das Sociedades Comerciais, *RED Revista Eletrónica de Direito*, N.º 1, Janeiro de 2015, 1-17, in <http://www.cije.up.pt/content/os-secret%C3%A1rios-das-sociedades-comerciais> .

Guerreiro, J. A. Mouteira. Registo Comercial – Ainda Existe? in <http://cenor.fd.uc.pt/site/> .

Geraldes, Isabel Quelhas. (2008). Curso sobre as novas competências das conservatórias e registos on-line: Meios de Constituição das Sociedades Comerciais in <http://cenor.fd.uc.pt/site/> .

Jardim, Mónica. A Atividade Notarial em Portugal – O Antes e o Depois da Entrada em Vigor do Decreto-Lei n.º 26/2004 que Impôs a “Privatização/Desfuncionarização”, *Publicações CENOR*, 1-22, in <http://cenor.fd.uc.pt/site/> .

Leitão, Luís Manuel. (2010). *Direito das Obrigações*. Volume I: Almedina.

Lopes, J. de Seabra. (2011). *Direito dos Registos e do Notariado*. 6ª edição: Almedina.

Pereira, Alexandre Dias. (2015). *Direito Comercial das Empresas – Apontamentos Teórico Práticos*. 2ª edição: Juruá Editora.

Rodrigues, Benjamim. (2014). *Apontamentos de Deontologia e História da Solicitadoria*.

Silva, João Calvão. (2007). Responsabilidade Civil dos Administradores Não Executivos, da Comissão de Auditoria e do Conselho Geral e de Supervisão, *Revista da Ordem dos Advogados*. N.º 67. in http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=59032&ida=59049 .

Varanda, Isidora. Câmara dos Solicitadores. (2013). O Solicitador Secretário de Sociedade. Lisboa, p. 12, in http://solicitador.net/uploads/cms_page_media/809/SolSecSociedade.pdf .

Jurisprudência

Acórdão do **Supremo Tribunal de Justiça**, proferido no processo 1674/07.7TVLSB.P1.S1, de 23-02-2012, in <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/3822fe18e4617a1b802579b90053f603?OpenDocument> .

Acórdão do **Tribunal da Relação de Évora**, proferido no processo 252/09.0TBFAR.E1, de 17-01-2013, in <http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/3d10a3b3ffb9214d80257de10056fb22?OpenDocument> .

Acórdão do **Supremo Tribunal de Justiça**, proferido no processo 189/11.3TBCBR.C1.S1, de 28-02-2013, in <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/71ddd36463e43a2a80257b21003c993a?OpenDocument> .

Acórdão do **Tribunal da Relação do Porto**, proferido no processo 115/15.0T8AVR.P1, de 25-01-2016, in <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/80bfae6a41657e4480257f5600310be9?OpenDocument&Highlight=0,secret%C3%A1rio,sociedade> .

Acórdão do **Tribunal da Relação de Coimbra**, proferido no processo 5/16.0T9MGL.C1, de 27-09-2017, in <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/8fe0e606d8f56b22802576c0005637dc/bffc318c574bd8ea802581af0037c2dd?OpenDocument> .

Pareceres

Parecer do **Conselho Técnico da Direção Geral dos Registos e Notariado**, proferido no processo n.º R.CO. 2/98-DSJ-CT, de 27-05-1998, *in* http://www.irn.mj.pt/sections/irn/legislacao/publicacao-de-brn/docs-brn/pdf/1999-parte-2/downloadFile/attachedFile_3_f0/par_4_1999.pdf?nocache=1216390001.06.

Parecer do **Conselho Técnico da Direção Geral dos Registos e Notariado**, proferido no processo n.º R.CO.9/2004 DSJ-CT, de 31-01-2005, *in* <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnxzaxXRpb2Rvc3JlZ2lzdG9zfGd4OjQyY2QzMmRkYzg5ODMzYjU>.

Parecer da **Ordem dos Advogados**, proferido no processo n.º E-21/04, de 29-11-2006, *in* http://www.oa.pt/Conteudos/Pareceres/detalhe_parecer.aspx?idc=1&idsc=158&ida=51168.

ANEXO

Decreto-Lei n.º 257/96, de 31 de dezembro

Diário da República n.º 302/1996, Série I-A de 1996-12-31

<http://data.dre.pt/eli/dec-lei/257/1996/12/31/p/dre/pt/html>

SUMÁRIO

Altera o Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, que aprova o Código das Sociedades Comerciais, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro, o Código Comercial, o Decreto-Lei n.º 270/95, de 14 de Agosto, que aprova o Código do Notariado, o Decreto-Lei n.º 403/86, de 3 de Dezembro, que aprova o Código do Registo Comercial, o Decreto-Lei n.º 42/89, de 3 de Fevereiro, e a Portaria n.º 883/89, de 13 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 773/94, de 26 de Agosto.

Decreto-Lei n.º 257/96 de 31 de Dezembro

1 - A dinâmica que caracteriza a economia nacional e internacional dos últimos anos induz a actualizações sucessivas do Código das Sociedades Comerciais, como tem acontecido na generalidade dos países europeus. E isto apesar de a nossa legislação básica de sociedades comerciais ser relativamente recente e ter incorporado as directivas comunitárias existentes na altura. Persistem, no entanto, na nossa legislação disposições ultrapassadas e procedimentos desconformes com a realidade quotidiana do mundo empresarial. Nesta ocasião, julga-se conveniente alterar cinco aspectos fundamentais do direito societário: a criação da sociedade unipessoal por quotas; o regime de fiscalização das sociedades; a criação da figura do secretário da sociedade; a simplificação dos dispositivos normais sobre adopção de firmas, e a feitura e a corporização das actas da sociedade. Para além destes aspectos fundamentais, alteram-se dois outros de grande importância prática: simplifica-se, quer a determinação do valor das quotas, quer o critério para a contagem dos votos no regime das sociedades comerciais por quotas, e passa a admitir-se um valor mais elevado para o capital social das sociedades anónimas com um só administrador. Acessoriamente, acolhem-se alterações no Código do Notariado e no Código do Registo Comercial. Igualmente se procede à rectificação de um conjunto de disposições que dela carecem desde a publicação do Código das Sociedades Comerciais.

2 - As sociedades de responsabilidade limitada são a forma por excelência escolhida pelas pequenas e médias empresas. É clara entre nós a propensão dos empresários para a utilização deste tipo de sociedades como forma de enquadramento jurídico das suas empresas. As sociedades unipessoais por quotas existem em quase todos os Estados membros da Comunidade Europeia, já por razões jurídicas, já por razões económicas. Importa introduzi-las no nosso direito das sociedades. Na verdade, estas sociedades podem facilitar o aparecimento e, sobretudo, o desenvolvimento de pequenas empresas, que, como é reconhecido, constituem, principalmente em épocas de crise, um factor não só de estabilidade e de criação de emprego mas também de revitalização da iniciativa privada e da actividade económica em geral. Permite, efectivamente, que os empreendedores se dediquem, sem recurso a sociedades fictícias indesejáveis, à actividade comercial, beneficiando do regime da responsabilidade limitada. A criação do estabelecimento individual de responsabilidade limitada pelo Decreto-Lei n.º 248/86, de 25 de Agosto, não atingiu esses resultados. Fiel à doutrina tradicional, o legislador de então não conseguiu ultrapassar a concepção contratualista da sociedade e por isso rejeitou qualquer concessão à sua concepção institucional. Quedou-se pela constituição de um património autónomo afectado a um fim determinado, mas desprovido dos benefícios da personalidade jurídica. Afastou-se expressamente das soluções já nessa altura adoptadas pela Alemanha e pela França. Portugal tornou-se o único Estado membro da Comunidade Europeia a optar pela via do estabelecimento individual de responsabilidade limitada. Teve-se como indiscutível que a sociedade unipessoal não era instrumento apropriado à realidade do nosso país e daí enveredar-se por uma pretensa e difícil inovação. Negou-se a personalização a algo que a reclamava. É certo que a instituição das sociedades unipessoais por quotas levantou inicialmente delicados problemas doutrinários. Não faltou quem considerasse um «absurdo» a existência legal de sociedades unipessoais. Essa dificuldade recebeu uma resposta teórica, em que a sociedade unipessoal constituiria a excepção à regra das sociedades pluripessoais. Mas importa sobretudo facultar às pessoas uma forma de limitação da sua responsabilidade que não passe pela constituição de sociedades fictícias, com «sócios de favor», dando azo a situações pouco claras no tecido empresarial. Foi esta realidade que justificou a Directiva n.º 89/667/CE, bem como as alterações legislativas ocorridas, designadamente em Espanha com a Lei 2/1995, de 23 de Março, em França com a Lei n.º 85/697, de 11 de Julho, na Itália com o Decreto Legislativo n.º 88, de 3 de Março de 1993, e na Bélgica com a Lei de 14 de Julho de 1987. É ainda o reconhecimento dessa realidade que serve de primacial fundamento à presente institucionalização. Impõe-

se, pois, sem abjurar, de momento, nenhuma das figuras legalmente estabelecidas, criar um novo tipo de sociedade, em que a responsabilidade do sócio único seja limitada. Sobretudo em relação às pequenas e médias empresas, espera-se que este novo tipo de sociedade constitua mais uma escolha que facilite a sua legalização e uma adaptação maior ao importante papel que desempenham no tecido económico nacional. Daí que a criação de sociedades unipessoais por quotas possa ser originária ou superveniente. Não se acolhe, nesta fase inicial, a possibilidade, que a prática imporá ou não, da criação autónoma e por tempo indeterminado da sociedade anónima unipessoal. Para a cabal prossecução dos objectivos enunciados, foram consagrados alguns princípios de segurança, tanto do sócio único como de terceiros. Foram também tidas em conta as injunções da referida directiva e a necessidade de prosseguir na via da harmonização das legislações dos Estados membros da União Europeia.

3 - Elaboradas as contas do exercício anual pelos administradores ou gerentes das sociedades comerciais, mostrou-se necessário, desde há muito, que as mesmas fossem examinadas por um órgão que comprovasse a sua conformidade com os preceitos legais, os princípios contabilísticos legalmente definidos e o contrato social antes de serem submetidas à aprovação dos sócios em assembleia geral. Foi esta missão confiada, entre nós, ao conselho fiscal. Para preservar o segredo comercial, começou o conselho fiscal por ser composto por sócios da sociedade, cujas contas lhe cabia controlar. A superveniência da necessidade de reforçar a confiança dos sócios, dos credores sociais e até de eventuais investidores forçou a que o conselho fiscal fosse constituído por pessoas estranhas à sociedade, imparciais e independentes em relação à maioria da assembleia geral. Nos tempos actuais, tem-se entendido que a única forma de manter a imprescindível confiança consiste em atribuir a fiscalização das contas das sociedades comerciais a peritos profissionais e independentes, que são, em Portugal, os revisores oficiais de contas. Facto este, de resto, já reconhecido pelo Decreto-Lei n.º 289/91, de 10 de Agosto, e pela Directiva do Conselho n.º 84/253/CEE (8.ª Directiva). O Código das Sociedades Comerciais consagra a obrigatoriedade da existência de um conselho para as sociedades anónimas segundo um sistema misto para a sua composição: três ou cinco membros de que apenas um é revisor oficial de contas. Entretanto, a composição generalizada do órgão de fiscalização das contas das sociedades comerciais nos países europeus encaminhou-se para a figura do fiscal único, profissional dotado de qualificação técnica superior. Dos países da União Europeia só a Itália mantém uma estrutura idêntica à do conselho fiscal. O Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro, sem abandonar a concepção adoptada pelo Código das Sociedades Comerciais, não deixa de destacar o papel essencial do revisor oficial de contas no tocante à certificação legal das contas. Pelas razões expostas, impõe-se rever a natureza do conselho fiscal e a própria obrigatoriedade da sua existência, substituindo-a pela regra geral da existência do revisor oficial de contas. É ao revisor oficial de contas que passa a ser atribuída, em regra, a competência para a fiscalização. Além disso, é-lhe atribuída uma nova competência, que se traduz no poder de desencadear procedimentos de alerta quando entenda que na prossecução do interesse da sociedade surgem dificuldades que a ponham em causa. Estes procedimentos são meramente internos e ocorrem dentro das estruturas sociais. Porém, sob outro ponto de vista, não poderão deixar de ser encarados como meios preliminares de aviso para que sejam tomadas medidas recuperadoras da empresa.

4 - Com a instituição da figura do secretário da sociedade anónima, ou por quotas, perseguem-se dois objectivos primaciais: o de valorar uma realidade de facto já existente nas sociedades de maior dimensão e o de aumentar a eficácia da vida societária ao evitar a contínua sobrecarga dos cartórios notariais e das conservatórias do registo comercial com a emissão reiterada e sistemática de certidões de mera repetição de elementos que entretanto não sofreram qualquer alteração. Por isso se cria o cargo de secretário das sociedades, vinculativo para as que estejam cotadas em bolsa e facultativo para as demais. Entende-se dever abrir um período de experimentação da figura, findo o qual se poderá justificar a obrigatoriedade para outro tipo de sociedades. Na competência do secretário destacam-se, entre outras, as funções de secretariado dos órgãos sociais (assembleia geral, administração, direcção e conselho geral), de redacção das actas, de conservação e guarda dos respectivos livros da sociedade, de certificação de certos eventos sociais, de garantia do exercício do direito de informação dos accionistas, de contactos com as conservatórias do registo comercial.

5 - Introduzem-se modificações no regime dos requisitos das firmas das sociedades com o principal objectivo de facilitar a escolha dos dizeres que integram a sua composição. Pretende-se simplificar o sistema de molde a aligeirar o correspondente procedimento burocrático e a ultrapassar dificuldades, designadamente no momento da constituição da sociedade. As facilidades ora propostas tiveram também em consideração, por um lado, a vocação universalista ínsita na cultura e na língua portuguesas, aliás já bem visíveis no quotidiano nacional transcontinental, bem como a iminente e necessária internacionalização das sociedades comerciais portuguesas no âmbito da globalização do mercado. Esta inovação, porém, deixa intangível a obrigação de que a indicação do objecto da sociedade continue a dever ser correctamente redigida em língua portuguesa.

6 - Presentemente, nos termos do artigo 31.º do Código Comercial, que foi aprovado pela Carta de Lei de 28 de Junho de 1888, os comerciantes estão obrigados a manter os livros de inventário e balanços, diário, razão e copiador. As sociedades comerciais, além desses, os das actas da assembleia geral. A utilização dos livros é permanentemente fonte de incómodos e de modo nenhum se compadece com os modernos meios de escrita, quer mecanográficos, quer electrónicos, continuando os livros sujeitos a legalização a ter de ser manuscritos. Impõe-se, por isso, modernizar essa área e dar resposta a problemas do quotidiano dos comerciantes e das sociedades comerciais. Nesse sentido, o presente decreto-lei tem como objectivo aligeirar os procedimentos burocráticos relativos à elaboração e à legalização, quer dos livros de inventário e balanços e diário, quer das actas das sociedades comerciais.

7 - Com vista a expurgar o Código das Sociedades Comerciais de complexidades inúteis de que não advém qualquer vantagem, elimina-se a regra relativa à divisibilidade do montante das quotas. Consequentemente, estabelece-se que a cada unidade monetária corresponde um voto.

8 - Actualiza-se, tendo em conta a evolução do tecido empresarial português, o valor fixado no n.º 2 do artigo 390.º do Código das Sociedades Comerciais, o que possibilita que mais sociedades anónimas tenham apenas um só administrador.

9 - Harmoniza-se o direito português com o direito comunitário, transpondo o disposto na Directiva n.º 68/151/CEE, do Conselho, de 9 de Março, na medida em que obriga todas as sociedades anónimas, por quotas e em comandita por acções a efectuar o depósito do relatório de gestão e dos documentos de prestação de contas no registo comercial.

10 - Finalmente, aproveita-se para rectificar o texto de diversos artigos, que desde a publicação do referido Código acusam lapsos manifestos ou erros de escrita.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Os artigos 10.º, 11.º, 63.º, 219.º, 250.º, 390.º, 413.º, 414.º, 416.º, 420.º, 421.º a 423.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, e alterado pelo artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 10.º

[...]

1 - Os elementos característicos das firmas das sociedades não podem sugerir actividade diferente da que constitui o objecto social.

2 - (Actual n.º 4.)

3 - (Actual n.º 5.)

4 - Os vocábulos de uso corrente e os topónimos, bem como qualquer indicação de proveniência geográfica, não são considerados de uso exclusivo.

5 - Da denominação das sociedades não podem fazer parte:

a) [Actual alínea b).]

b) [Actual alínea c).]

c) [Actual alínea d).]

Artigo 11.º

[...]

1 - A indicação do objecto da sociedade deve ser correctamente redigida em língua portuguesa.

2 - (Actual n.º 1.)

3 - (Actual n.º 2.)

4 - (Actual n.º 3.)

5 - (Actual n.º 4.)

6 - (Actual n.º 5.)

Artigo 63.º

[...]

1 - ...

2 - ...

a) A identificação da sociedade, o lugar, o dia e a hora da reunião;

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) ...

h) ...

3 - ...

4 - As actas devem ser lavradas no respectivo livro ou em folhas soltas; no livro ou nas folhas devem ser também consignadas, pela forma estabelecida na lei, as deliberações tomadas em reunião da assembleia geral. Quando essas deliberações constem de escritura pública ou de instrumento fora das notas, deve a gerência, o conselho de administração ou a direcção inscrever no livro ou nas folhas menção da sua existência.

5 - Na sociedade são arquivadas todas as folhas; as folhas devem ser encadernadas depois de utilizadas e podem, decorridos 10 exercícios após aquele a que se reportam, ser substituídas por microfilmes ou por outra forma adequada de suporte.

6 - Sempre que as actas sejam registadas em folhas soltas, deve a gerência ou a administração, o presidente da mesa da assembleia geral e o secretário, quando os houver, tomar as precauções e as medidas necessárias para impedir a sua falsificação.

7 - (Actual n.º 5.)

8 - (Actual n.º 6.)

9 - (Actual n.º 7.)

10 - Nenhum sócio tem o dever de assinar as actas que não estejam consignadas no respectivo livro ou nas folhas soltas, devidamente numeradas e rubricadas.

Artigo 219.º

[...]

1 - ...

2 - ...

3 - Os valores nominais das quotas podem ser diversos, mas nenhum pode ser inferior a 20000\$00, salvo quando a lei o permitir.

4 - ...

5 - ...

6 - ...

7 - ...

Artigo 250.º

[...]

1 - Conta-se um voto por cada 1\$00 de valor nominal da quota.

2 - É, no entanto, permitido que o contrato de sociedade atribua, como direito especial, dois votos por cada 1\$00 de valor nominal da quota ou quotas de sócios que, no total, não correspondam a mais de 20% do capital.

3 - ...

Artigo 390.º

[...]

1 - ...

2 - O contrato de sociedade pode dispor que a sociedade tenha um só administrador, desde que o capital social não exceda 30000 contos; aplicam-se ao administrador único as disposições relativas ao conselho de administração que não pressuponham a pluralidade de administradores.

3 - ...

4 - ...

5 - ...

Artigo 413.º

[...]

1 - A fiscalização da sociedade compete a um fiscal único, que deve ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, ou a um conselho fiscal.

2 - O fiscal único terá sempre um suplente, que será igualmente revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

3 - (Actual n.º 2.)

4 - (Actual n.º 3.)

5 - O fiscal único rege-se pelas disposições legais respeitantes ao revisor oficial de contas e subsidiariamente, na parte aplicável, pelo disposto quanto ao conselho fiscal e aos seus membros.

Artigo 414.º

[...]

1 - O fiscal único e o suplente ou, no caso de existência de conselho fiscal, um membro efectivo e um dos suplentes, têm de ser revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas e não podem ser accionistas.

2 - Os restantes membros do conselho fiscal podem não ser accionistas, mas devem ser pessoas singulares com capacidade jurídica plena, excepto se forem sociedades de advogados ou sociedades de revisores oficiais de contas.

3 - ...

4 - ...

5 - É nula a designação de pessoa relativamente à qual se verifique alguma das incompatibilidades estabelecidas no n.º 3 ou que não possua a capacidade exigida pelo n.º 2.

6 - ...

7 - ...

8 - ...

Artigo 416.º

[...]

1 - A falta de designação do revisor oficial de contas pelo órgão social competente, no prazo legal, deve ser comunicada à Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, nos 15 dias seguintes, por qualquer sócio ou membro dos órgãos sociais.

2 - (Actual n.º 2.)

3 - (Actual n.º 3.)

Artigo 420.º

Competência do fiscal único e do conselho fiscal

1 - ...

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) ...

h) ...

i) ...

2 - O fiscal único ou qualquer membro do conselho fiscal, quando este exista, deve proceder, conjunta ou separadamente e em qualquer época do ano, a todos os actos de verificação e inspecção que considere convenientes para cumprimento das suas obrigações de fiscalização.

3 - ...

Artigo 421.º

Poderes do fiscal único e dos membros do conselho fiscal

1 - Para o desempenho das suas funções, pode o fiscal único ou qualquer membro do conselho fiscal, conjunta ou separadamente:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

2 - ...

Artigo 422.º

Deveres do fiscal único e dos membros do conselho fiscal

1 - O fiscal único ou os membros do conselho fiscal, quando este exista, têm o dever de:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

2 - O fiscal único e os membros do conselho fiscal não podem aproveitar-se, salvo autorização expressa e por escrito, de segredos comerciais ou industriais de que tenham tomado conhecimento no desempenho das suas funções.

3 - O fiscal único e os membros do conselho fiscal devem participar ao Ministério Público os factos delituosos de que tenham tomado conhecimento e que constituam crimes públicos.

4 - Perdem o seu cargo o fiscal único e os membros do conselho fiscal que, sem motivo justificado, não assistam, durante o exercício social, a duas reuniões do conselho ou não compareçam a uma assembleia geral ou a duas reuniões da administração previstas na alínea a) do n.º 1 deste artigo.

Artigo 423.º

[...]

- 1 - O conselho fiscal deve reunir, pelo menos, todos os trimestres.
 - 2 - ...
 - 3 - O revisor oficial de contas ou a sociedade de revisores oficiais de contas tem voto de qualidade, em caso de empate nas deliberações.
 - 4 - De cada reunião deve ser lavrada a acta no livro respectivo ou nas folhas soltas, assinada por todos os que nela tenham participado.
 - 5 - ...
- Artigo 452.º
- [...]
- 1 - ...
 - 2 - ...
 - 3 - Se discordar do documento referido no número anterior, o conselho deve consignar no relatório as razões da sua discordância, sem prejuízo do declarado pelo revisor oficial de contas.
 - 4 - (Actual n.º 4.)»

Artigo 2.º

Ao título III do Código das Sociedades Comerciais é aditado o seguinte capítulo:

«CAPÍTULO X

Sociedades unipessoais por quotas

Artigo 270-A

Constituição

- 1 - A sociedade unipessoal por quotas é constituída por um sócio único, pessoa singular ou colectiva, que é o titular da totalidade do capital social.
- 2 - A sociedade unipessoal por quotas pode resultar da concentração na titularidade de um único sócio das quotas de uma sociedade por quotas, independentemente da causa da concentração.
- 3 - A transformação prevista no número anterior será titulada pela escritura de cessão de quotas que dê lugar à concentração, desde que nela o sócio único declare a sua vontade de transformar a sociedade em sociedade unipessoal por quotas, ou por escritura autónoma de que conste tal declaração.
- 4 - Por força da transformação prevista no número anterior deixarão de ser aplicáveis todas as disposições do contrato de sociedade que pressuponham a pluralidade de sócios.
- 5 - O estabelecimento individual de responsabilidade limitada pode, a todo o tempo, transformar-se em sociedade unipessoal por quotas.

Artigo 270.º-B

Firma

A firma destas sociedades deve ser formada pela expressão 'sociedade unipessoal' ou pela palavra 'unipessoal' antes da palavra 'Limitada' ou da abreviatura 'Lda.'

Artigo 270.º-C

Efeitos da unipessoalidade

- 1 - Uma pessoa singular só pode ser sócia de uma única sociedade unipessoal por quotas.
- 2 - Uma sociedade por quotas não pode ter como sócio único uma sociedade unipessoal por quotas.
- 3 - No caso de violação das disposições dos números anteriores qualquer interessado pode requerer a dissolução das sociedades.
- 4 - O tribunal pode conceder um prazo até seis meses para a regularização da situação.

Artigo 270.º-D

Pluralidade de sócios

- 1 - O sócio único de uma sociedade unipessoal por quotas pode modificar esta sociedade em sociedade por quotas plural através de divisão e cessão da quota ou de aumento de capital social por entrada de um novo sócio, devendo, nesse caso, ser eliminada da firma a expressão 'sociedade unipessoal', ou a palavra 'unipessoal', que nela se contenha.
- 2 - A escritura de divisão e cessão de quota ou de aumento de capital é título bastante para registo da modificação, com dispensa dos emolumentos relativos à modificação.
- 3 - Se a sociedade tiver adoptado antes o tipo de sociedade por quotas, passará a reger-se pelas disposições do contrato de sociedade que, nos termos do n.º 4 do artigo 270.º-A, lhe eram inaplicáveis em consequência da unipessoalidade.
- 4 - No caso de concentração previsto no n.º 2 do artigo 270.º-A, o sócio único pode evitar a unipessoalidade se, no prazo legal, restabelecer a pluralidade de sócios.

Artigo 270.º-E

Decisões do sócio

1 - Nas sociedades unipessoais por quotas o sócio único exerce as competências das assembleias gerais, podendo, designadamente, nomear gerentes.

2 - As decisões do sócio de natureza igual às deliberações da assembleia geral devem ser registadas em acta por ele assinada.

Artigo 270.º-F

Contrato do sócio com a sociedade unipessoal

1 - Os negócios jurídicos celebrados entre o sócio único e a sociedade devem servir a prossecução do objecto da sociedade e a respectiva autorização tem de constar da escritura de constituição da sociedade ou da escritura de alteração do contrato de sociedade ou da de aumento do capital social.

2 - Os negócios jurídicos entre o sócio único e a sociedade obedecem à forma legalmente prescrita e, em todos os casos, devem observar a forma escrita.

3 - Os documentos de que constam os negócios jurídicos celebrados pelo sócio único e a sociedade devem ser patenteados conjuntamente com o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas; qualquer interessado pode, a todo o tempo, consultá-los na sede da sociedade.

4 - A violação do disposto nos números anteriores implica a nulidade dos negócios jurídicos celebrados e responsabiliza ilimitadamente o sócio.

Artigo 270.º-G

Disposições subsidiárias

Às sociedades unipessoais por quotas aplicam-se as normas que regulam as sociedades por quotas, salvo as que pressupõem a pluralidade de sócios.»

Artigo 3.º

1 - O capítulo VI do título IV do Código das Sociedades Comerciais passa a designar-se por «Administração, fiscalização e secretário da sociedade» e a secção II do referido capítulo por «Fiscalização».

2 - Ao capítulo VI do título IV do Código das Sociedades Comerciais é aditada a seguinte secção:

«SECÇÃO VI

Secretário da sociedade

Artigo 446.º-A

Designação

1 - As sociedades cotadas em bolsa de valores devem designar um secretário da sociedade e um suplente.

2 - O secretário e o seu suplente devem ser designados pelos sócios fundadores no acto de constituição da sociedade ou pelo conselho de administração ou pela direcção por deliberação registada em acta.

3 - As funções de secretário são exercidas por pessoa com curso superior adequado ao desempenho das funções ou solicitador, não podendo exercê-las em mais de sete sociedades, salvo nas que se encontrem nas situações previstas no título VI deste Código.

4 - Em caso de falta ou impedimento do secretário, as suas funções são exercidas pelo suplente.

Artigo 446.º-B

Competência

1 - Para além de outras funções estabelecidas pelo contrato social, compete ao secretário da sociedade:

- a) Secretariar as reuniões da assembleia geral, da administração, da direcção e do conselho geral;
- b) Lavrar as actas e assiná-las conjuntamente com os membros dos órgãos sociais respectivos e o presidente da mesa da assembleia geral, quando desta se trate;
- c) Conservar, guardar e manter em ordem os livros e folhas de actas, as listas de presenças, o livro de registo de acções, bem como o expediente a eles relativo;
- d) Proceder à expedição das convocatórias legais para as reuniões de todos os órgãos sociais;
- e) Certificar as assinaturas dos membros dos órgãos sociais apostas nos documentos da sociedade;
- f) Certificar que todas as cópias ou transcrições extraídas dos livros da sociedade ou dos documentos arquivados são verdadeiras, completas e actuais;
- g) Satisfazer, no âmbito da sua competência, as solicitações formuladas pelos accionistas no exercício do direito à informação;
- h) Certificar o conteúdo, total ou parcial, do contrato de sociedade em vigor, bem como a identidade dos membros dos diversos órgãos da sociedade e quais os poderes de que são titulares;
- i) Certificar as cópias actualizadas dos estatutos, das deliberações dos sócios e da administração e dos lançamentos em vigor constantes dos livros sociais, bem como assegurar que elas sejam entregues ou enviadas aos titulares de acções que as tenham requerido e que tenham pago o respectivo custo;
- j) Autenticar com a sua rubrica toda a documentação submetida à assembleia geral e referida nas respectivas actas;
- l) Requerer a inscrição no registo comercial dos actos sociais a ele sujeitos.

2 - As funções referidas nas alíneas e), f) e h) do n.º 1 deste artigo são exercidas sem prejuízo da competência de verificação da conformidade de tais poderes para o acto que caibam às entidades públicas e, em especial, aos notários e aos conservadores.

3 - As certificações feitas pelo secretário referidas nas alíneas e), f) e h) do n.º 1 deste artigo substituem, para todos os efeitos legais, a certidão de registo comercial.

Artigo 446.º-C

Período de duração das funções

A duração das funções do secretário coincide com a do mandato dos órgãos sociais que o designarem, podendo renovar-se por uma ou mais vezes.

Artigo 446.º-D

Regime facultativo de designação do secretário

1 - As sociedades anónimas relativamente às quais se não verifique o requisito previsto no n.º 1 do artigo 446.º-A, bem como as sociedades por quotas, podem designar um secretário da sociedade.

2 - Nas sociedades por quotas compete à assembleia geral designar o secretário da sociedade.

Artigo 446.º-E

Registo do cargo

1 - A designação e cessação de funções, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, do secretário está sujeita a registo, nos termos do Código do Registo Comercial.

2 - A inscrição inicial dos actos de registo previstos no número anterior fica isenta do pagamento de emolumentos.

Artigo 446.º-F

Responsabilidade

O secretário é responsável civil e criminalmente pelos actos que praticar no exercício das suas funções.»

Artigo 4.º

Ao Código das Sociedades Comerciais são aditados os seguintes artigos:

«Artigo 262.º-A

Dever de prevenção

1 - Nas sociedades por quotas em que haja revisor oficial de contas ou conselho fiscal compete ao revisor oficial de contas ou a qualquer membro do conselho fiscal comunicar imediatamente, por carta registada, os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do objecto da sociedade.

2 - A gerência deve, nos 30 dias seguintes à recepção da carta, responder pela mesma via.

3 - Na falta de resposta ou se esta não for satisfatória, o revisor oficial de contas deve requerer a convocação de uma assembleia geral.

4 - Ao dever de prevenção nas sociedades por quotas aplica-se o disposto sobre o dever de vigilância nas sociedades anónimas em tudo o que não estiver especificamente regulado para aquelas.

Artigo 420.º-A

Dever de vigilância

1 - Compete ao revisor oficial de contas comunicar, imediatamente, por carta registada, ao presidente do conselho de administração ou da direcção os factos de que tenha conhecimento e que considere revelarem graves dificuldades na prossecução do objecto da sociedade, designadamente reiteradas faltas de pagamento a fornecedores, protestos de título de crédito, emissão de cheques sem provisão, falta de pagamento de quotizações para a segurança social ou de impostos.

2 - O presidente do conselho de administração ou da direcção deve, nos 30 dias seguintes à recepção da carta, responder pela mesma via.

3 - Se o presidente não responder ou a resposta não for considerada satisfatória pelo revisor oficial de contas, este requer ao presidente, nos 15 dias seguintes ao termo do prazo previsto no n.º 2, que convoque o conselho de administração ou a direcção para reunirem, com a sua presença, nos 15 dias seguintes, com vista a apreciar os factos e a tomar as deliberações adequadas.

4 - Se a reunião prevista no n.º 3 não se realizar ou se as medidas adoptadas não forem consideradas adequadas à salvaguarda do interesse da sociedade, o revisor oficial de contas, nos oito dias seguintes ao termo do prazo previsto no n.º 3 ou à data da reunião, requer, por carta registada, que seja convocada uma assembleia geral para apreciar e deliberar sobre os factos constantes das cartas referidas nos n.os 1 e 2 e da acta da reunião referida no n.º 3.

5 - O revisor oficial de contas que não cumpra o disposto nos n.os 1, 3 e 4 é solidariamente responsável com os membros do conselho de administração ou da direcção pelos prejuízos decorrentes para a sociedade.

6 - O revisor oficial de contas não incorre em responsabilidade civil pelos factos referidos nos n.os 1, 3 e 4.

7 - Qualquer membro do conselho fiscal, quando este exista, deve, sempre que se aperceba de factos que revelem dificuldades na prossecução normal do objecto social, comunicá-los imediatamente ao revisor oficial de contas, por carta registada.

Artigo 423.º-A

Norma de remissão

Não havendo conselho fiscal, todas as referências que lhe são feitas devem considerar-se referidas ao fiscal único, desde que não pressuponham a pluralidade de membros.»

Artigo 5.º

As sociedades anónimas ou por quotas com conselho fiscal poderão, no prazo de seis meses a contar da data da entrada em vigor do presente diploma, independentemente de escritura pública, deliberar a passagem ao regime de fiscal único, devendo, nesse caso, fazer registar tal alteração no registo comercial, mediante apresentação de cópia da acta de que conste a deliberação.

Artigo 6.º

São revogados os n.os 3 a 5 do artigo 70.º-A do Código das Sociedades Comerciais, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de Dezembro, e o artigo 264.º do referido Código das Sociedades Comerciais.

Artigo 7.º

Os artigos 31.º, 32.º e 37.º do Código Comercial passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 31.º

[...]

São indispensáveis a qualquer comerciante os seguintes livros:

Do inventário e balanços;

Diário;

Razão;

Copiador.

§ 1.º (Actual § único.)

§ 2.º Os livros de inventário e balanços, diário e das actas da assembleia geral das sociedades podem ser constituídos por folhas soltas.

§ 3.º As folhas soltas, em conjuntos de 60, devem ser numeradas sequencialmente e rubricadas pela gerência ou pela administração, que também lavram os termos de abertura e de encerramento e requerem a respectiva legalização.

Artigo 32.º

Legalização de livros

1 - É obrigatória a legalização dos livros dos comerciantes, inventário e balanços e diário, bem como a dos livros das actas da assembleia geral das sociedades.

2 - É permitida a legalização de livros escriturados mediante menção do facto no termo de abertura.

3 - A legalização só é feita depois de pagas as importâncias determinadas na lei.

Artigo 37.º

[...]

Os livros ou as folhas das actas das sociedades servirão para neles se lançarem as actas das reuniões de sócios, de administradores e dos órgãos sociais, devendo cada uma delas expressar a data em que foi celebrada, os nomes dos participantes ou referência à lista de presenças autenticada pela mesa, os votos emitidos, as deliberações tomadas e tudo o mais que possa servir para fazer conhecer e fundamentar estas, e ser assinada pela mesa, quando a houver, e, não a havendo, pelos participantes.»

Artigo 8.º

O artigo 189.º do Código do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 270/95, de 14 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 189.º

Emolumentos, taxas e despesas

1 - ...

2 - ...

3 - ...

4 - Pelo acto de transformação ou de modificação de um estabelecimento individual de responsabilidade limitada em sociedade unipessoal por quotas, a todo o tempo, ou de uma sociedade por quotas em sociedade unipessoal por quotas no caso previsto no n.º 2 do artigo 270.º-A do Código das Sociedades

Comerciais, neste caso, durante os 12 meses seguintes à data da concentração das quotas, os emolumentos a cobrar nos termos do n.º 1 deste artigo são reduzidos a um quinto.»

Artigo 9.º

Os artigos 3.º e 112.º-A do Código do Registo Comercial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 403/86, de 3 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 3.º

[...]

Estão sujeitos a registo os seguintes factos relativos às sociedades comerciais e sociedades civis sob forma comercial:

a) ...

b) ...

c) ...

d) ...

e) ...

f) ...

g) ...

h) ...

i) ...

j) ...

l) ...

m) A designação e cessação de funções, por qualquer causa que não seja o decurso do tempo, dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das sociedades, bem como do secretário da sociedade;

n) ...

o) ...

p) ...

q) ...

r) ...

s) ...

t) ...

u) ...

v) A cessação da existência do conselho fiscal e a introdução do fiscal único.

Artigo 112.º-A

[...]

1 - A legalização dos livros dos comerciantes, quando determinada na lei, deve ser realizada pela conservatória do registo comercial competente.

2 - ...

3 - ...

4 - ...

5 - ...»

Artigo 10.º

O artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42/89, de 3 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 2.º

[...]

1 - ...

2 - ...

3 - Os vocábulos de uso corrente e os topónimos, bem como qualquer indicação de proveniência geográfica, não são considerados de uso exclusivo.

4 - ...

5 - ...

6 - ...

7 - ...»

Artigo 11.º

É revogado o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42/89, de 3 de Fevereiro.

Artigo 12.º

O artigo 23.º da Tabela de Emolumentos do Registo Comercial, aprovada pela Portaria n.º 883/89, de 13 de Outubro, e alterada pela Portaria n.º 773/94, de 26 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 23.º

1 - ...

2 - ...

3 - ...

4 - O registo do acto previsto na alínea v) do artigo 3.º do Código do Registo Comercial beneficia da redução emolumentar de 80%, com o máximo de 50000\$00 para cada caso.»

Artigo 13.º

São rectificadas as seguintes inexactidões do Código das Sociedades Comerciais:

No n.º 3 do artigo 4.º, onde se lê «que não dê cumprimento ao disposto nos n.os 1 e 2 cesse a sua actividade» deve ler-se «que não dê cumprimento ao disposto no n.º 1 cesse a sua actividade».

No n.º 6 do artigo 24.º, onde se lê «referido na alínea anterior» deve ler-se «referido no número anterior».

Na alínea d) do n.º 3 do artigo 28.º, onde se lê «ou à contrapartida a pagar pela sociedade» deve ler-se «ou a contrapartida a pagar pela sociedade».

No n.º 3 do artigo 31.º, onde se lê «tenham resolvido não efectuar distribuições» deve ler-se «tenham deliberado não efectuar distribuições».

No n.º 3 do artigo 31.º, onde se lê «nos oito dias seguintes a resolução tomada» deve ler-se «nos oito dias seguintes à deliberação tomada».

No n.º 2 do artigo 195.º, onde se lê «Nos termos e para os fins do artigo 152.º, n.º 3» deve ler-se «Nos termos e para os fins do artigo 153.º, n.º 3».

No n.º 2 do artigo 263.º, onde se lê «salvo quanto a sociedades abrangidas pelos n.os 4 e 5 deste artigo» deve ler-se «salvo quanto a sociedades abrangidas pelos n.os 5 e 6 deste artigo».

Na epígrafe da secção II do capítulo II do título IV «Sociedades anónimas», onde se lê «Obrigações e prestações acessórias» deve ler-se «Obrigação de prestações acessórias».

Na epígrafe do artigo 287.º, onde se lê «Obrigações e prestações acessórias» deve ler-se «Obrigação de prestações acessórias».

Na alínea b) do n.º 1 do artigo 297.º, onde se lê «ou de direcção seja procedida de um balanço intercalar» deve ler-se «ou de direcção seja precedida de um balanço intercalar».

Na alínea l) do n.º 3 do artigo 305.º, onde se lê «e as datas de remissão;» deve ler-se «e as datas de remição;».

No n.º 3 do artigo 322.º, onde se lê «que violem o disposto no número anterior são nulos» deve ler-se «que violem o disposto no n.º 1 ou na parte final do n.º 2 são nulos».

No n.º 5 do artigo 414.º, onde se lê «se verifique alguma das incompatibilidades estabelecidas no n.º 2» deve ler-se «se verifique alguma das incompatibilidades estabelecidas no n.º 3».

No n.º 1 do artigo 447.º, onde se lê «ou cessações de titularidade por qualquer causa, e de acções e de obrigações da mesma sociedade com as quais esteja» deve ler-se «ou cessações de titularidade, por qualquer causa, de acções e de obrigações da mesma sociedade e de sociedades com as quais aquela esteja».

No n.º 5 do artigo 490.º, onde se lê «a oferta permitida pelo n.º 1 deste artigo» deve ler-se «a oferta permitida pelo n.º 2 deste artigo».

No n.º 1 do artigo 508.º-E, onde se lê «a certidão legal das contas» deve ler-se «a certificação legal das contas».

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Outubro de 1996.

António Manuel de Oliveira Guterres
António Luciano Pacheco de Sousa Franco
José Eduardo Vera Cruz Jardim
Augusto Carlos Serra Ventura Mateus.

Promulgado em 9 de Dezembro de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO
Referendado em 12 de Dezembro de 1996

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres